

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (DCSA)  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**CARLA MARIANE ALMEIDA LIMA**

**OS IMPACTOS DA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PÚBLICO DE  
ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED) EM CONTABILIDADES DO MUNICÍPIO  
DE OLIVEIRA DOS BREJINHOS - BA.**

**VITÓRIA DA CONQUISTA – BA,  
2018**

**CARLA MARIANE ALMEIDA LIMA**

**OS IMPACTOS DA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PÚBLICO DE  
ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED) EM CONTABILIDADES DO MUNICÍPIO  
DE OLIVEIRA DOS BREJINHOS - BA.**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (DCSA) como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Área de Concentração: Contabilidade Geral

Orientador: Professor Me. Jorge Luiz Santos Fernandes

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA,

2018

L697i Lima, Carla Mariane Almeida.  
Os impactos da implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) em contabilidades do município de Oliveira dos Brejinhos - BA. / Carla Mariane Almeida Lima, 2018.  
98f.  
Orientador (a): Me. Jorge Luiz Santos Fernandes.  
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2018.  
Inclui referências. F. 86 - 88.  
1. Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). 2. Receita Federal do Brasil. 3. Contabilidade Geral – Município Oliveira dos Brejinhos - BA. 4. Contabilidade Tributária. 5. Órgãos Fiscalizadores. I. Fernandes, Jorge Luiz Santos. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. III. T

CDD: 657

*Catálogo na fonte:* Juliana Teixeira de Assunção CRB-5/1890

UESB- Campus Vitória da Conquista - BA.

**CARLA MARIANE ALMEIDA LIMA**

**OS IMPACTOS DA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PÚBLICO DE  
ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED) EM CONTABILIDADES DO MUNICÍPIO  
DE OLIVEIRA DOS BREJINHOS - BA.**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (DCSA) como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Área de Concentração: Contabilidade Geral

Vitória da Conquista, 27 de novembro de 2018.

**BANCA EXAMINADORA**

Jorge Luiz Santos Fernandes  
Mestre em Contabilidade pela CPPEV  
Professor da UESB  
Orientador

Paulo Fernando de Oliveira Pires  
Mestre em Contabilidade pela FVC  
Professor da UESB

Danilo Moreira Jabur  
Especialista em Controladoria pela FVC  
Professor da UESB

Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso aos meus pais, Carlos Santana e Rosa Maria, a minhas irmãs Caroline e Camilla e ao meu namorado Carlos Vinicius, por todo amor, companheirismo e apoio, e principalmente por serem pessoas admiráveis que me fortalecem e me impulsionam diariamente a lutar pelos meus sonhos. Amo vocês!

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradeço a Deus, pelo dom da vida, por me guiar em todos os caminhos percorridos me mostrando a direção a ser seguida, por me permitir saúde para ir além do que imaginei, buscando a realização de todos os meus sonhos, e por hoje estar concluindo mais um deles, a tão sonhada graduação.

Aos meus pais, Carlos Santana e Rosa Maria, por serem minha base, que sempre com humildade e simplicidade me ensinaram a ter garra, a ser uma pessoa decente, sempre me impulsionando a dar o melhor de mim, e por terem me ensinado e me permitido acesso aos valores da educação e estudos. Às minhas irmãs, Caroline e Camilla, e ao meu namorado Carlos Vinicius, por todo o apoio, compreensão, carinho e paciência nos momentos de estudos, sempre prontos a me confortarem com palavras de perseverança e fé, para que eu continuasse sempre firme.

A Gracielia e Leila minhas companheiras nessa jornada acadêmica, que de colegas se tornaram minhas amigas para toda vida, obrigada pelo apoio, companheirismo e união durante essa trajetória na UESB.

Ao meu orientador Jorge Fernandes, por ter confiado em mim e acreditado na proposta do meu trabalho, e por toda a dedicação oferecida no decorrer da pesquisa, pois, mesmo com algumas dificuldades encontradas durante o processo do trabalho, ele sempre com sugestões valiosas, comprometimento e profissionalismo a fim de que o estudo se finalizasse.

A UESB, por ser uma instituição com enorme comprometimento com seus alunos, oferecendo ensino de qualidade, e proporcionando a realização de diversos sonhos.

Agradeço a todos os meu familiares e amigos, por todo o apoio, por palavras de conforto e carinho, por toda força para que eu me mantivesse firme nessa luta, e por acreditarem na minha capacidade.

Aos contadores, Edson Leandro, Inoilson Barbosa e Carlos Alberto, por abrir as portas das suas empresas para a realização desta pesquisa.

Enfim, agradeço a todos que participaram direta e indiretamente para que este trabalho se realizasse, e por terem acreditado no meu potencial. Meus sinceros agradecimentos.

Que os vossos esforços desafiem as impossibilidades, lembrai-vos de que as grandes coisas do homem foram conquistadas do que parecia impossível.

(Charles Chaplin)

## RESUMO

A informatização da contabilidade é uma etapa importante nos processos do fazer contábil, pois, trata-se de uma transformação que tem como objetivo facilitar a dinâmica dos escritórios e empresas contribuindo com informações úteis e tempestivas. Diante disso, esse estudo tem como propósito analisar as consequências da implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). Trata-se da utilização de procedimentos eletrônicos digitais para a padronização e compartilhamento das informações financeiras e patrimoniais das entidades empresariais.

Esses procedimentos foram instituídos pela Receita Federal do Brasil, com a Instrução Normativa RFB Nº 787, de 19 de novembro de 2007 decorrente de uma iniciativa integrada das administrações tributárias nas três esferas governamentais: municipal, estadual e federal, e na época fazendo parte do plano Brasil Maior do governo federal, com vistas a estimular a economia.

É considerado mais um avanço na informatização da relação entre o fisco e os contribuintes, possibilitando uma participação direta dos usuários na definição dos meios utilizados no atendimento das obrigações acessórias que são exigidas pela legislação tributária, através do relacionamento direto, transparência mútua com, possíveis reflexos positivos para toda a sociedade. Nesse contexto, foi verificado todo o processo de implantação, desde à adoção do SPED, nos escritórios de Contabilidade de Oliveira dos Brejinhos, com viés para às possíveis dificuldades enfrentadas pelos profissionais, às significativas mudanças na rotina dessas empresas, bem como se o objetivo dessa nova escrituração está sendo empregado de maneira correta. Foi usada uma abordagem quantitativa, pois a pesquisa analisa as consequências para a entidade com a implantação do SPED, com o método indutivo, chegando à conclusão de que o SPED se fez importante para o ramo de Contabilidade, fazendo da profissão, um segmento em permanente atualização, fato importante para que se possa cumprir satisfatoriamente com todas as questões do sistema. Espera-se com esse estudo, contribuir com a divulgação do SPED, explanando o sistema, mostrando sua importância quanto à informatização dos sistemas de escriturações contábeis. Abordando desde a sua implantação, as atualizações decorridas durante esse processo e os resultados agregados às empresas que utilizam esse método, bem como, a visão em relação aos clientes, uma análise do recepcionamento dos clientes à adoção do SPED.

Com a análise dos dados permite-se inferir que o SPED teve um enorme significativa em relação a melhorias relacionadas às atividades operacionais das empresas, bem como uma ferramenta de atualização das rotinas contábeis, possibilitando às empresas diversas melhorias e ao fisco um controle mais ágil e seguro das informações financeiras das entidades.

**Palavras-chave:** SPED. Receita Federal do Brasil. Contabilidade Geral. Contabilidade Tributária. Órgãos fiscalizadores.

## RÉSUMÉ

L'informatisation de la comptabilité est une étape importante dans les processus de faire la comptable, car il s'agit d'une transformation qui a comme l'objectif faciliter la dynamique des bureaux et des entreprises fournissant des informations utiles et appropriées. Par conséquent, cette étude a comme le but d'analyser les conséquences de la mise en œuvre du Système de Comptabilité Publique Numérique (SPED). Il s'agit de l'utilisation de procédures électroniques numériques pour la normalisation et le partage des informations financières et patrimoniales des entités commerciales.

Ces procédures ont été instituées par le Recette Fédérale du Brésil, conformément à l'instruction normative RFB n ° 787 du 19 novembre 2007, résultant d'une initiative intégrée des administrations fiscales dans les trois sphères gouvernementales: municipale, étatique et fédéral. Et étant à ce moment-là le faisant partie du plan Brésil plus grand du gouvernement fédéral, dans le but de stimuler l'économie.

L'informatisation des relations entre les autorités fiscales et les contribuables est considérée comme une avancée supplémentaire, car elle permet aux utilisateurs de participer directement à la définition des moyens utilisés pour satisfaire aux obligations accessoires requises par la législation fiscale, par le biais de relations directes, de la transparence mutuelle avec, des réflexions éventuelles positif pour toute la société. Dans ce contexte, l'ensemble du processus d'implantation a été vérifié, depuis l'adoption de SPED, dans les bureaux de Comptabilité de la ville d'Oliveira Dos Brejinhos, avec un parti pris pour les éventuelles difficultés rencontrées par les professionnels, les changements importants dans la routine de ces sociétés, aussi bien que si l'objectif dont la nouvelle comptabilité est utilisée d'une façon correcte. Une approche quantitative a été utilisée car la recherche analyse les conséquences pour l'entité de la mise en œuvre de SPED, avec la méthode inductive, et conclut que SPED est devenu important pour la branche comptabilité, faisant de la profession, un segment permanent, fait important pour qu'elle peut exécuter de manière satisfaisante à toutes les questions du système. Il est attendu avec cette étude, contribuer avec la vulgarisation de SPED, expliquant le système, en montrant son importance pour l'informatisation des systèmes de comptabilité. En approchant dès sa mise en œuvre, les mises à jour écoulées pendant ce processus et les résultats attachés aux entreprises qui utilisent cette méthode, aussi bien que, la vision à l'égard des clients, une analyse de l'accueil des clients à l'adoption de SPED.

Avec l'analyse des données il permet de déduire que le SPED avait un impact considérable sur les améliorations liées aux activités opérationnelles des entreprises, aussi bien qu'un outil de mise à jour des routines comptables, faisant possible les entreprises plusieurs améliorations et la perception des impôts un contrôle plus agile et sûr des informations financières des entités.

**Mots-clés:** SPED. Recette Fédérale du Brésil. Comptabilité Générale. Comptabilité Fiscale. Organes de Surveillance.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Mapa de Oliveira dos Brejinhos .....	61
--	----

## **LISTA DE QUADROS**

<b>Quadro 1 - Estado da Arte da Temática em julho/2018 .....</b>	<b>29</b>
--	-----------

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Módulos do SPED utilizados pelas empresas.....	68
<b>Tabela 2</b> - Grau de dificuldade com a implantação do SPED .....	69
<b>Tabela 3</b> - Pontos positivos e negativos com o advento do SPED. ....	80

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Tributação das empresas.....	66
<b>Gráfico 2</b> – Graduação dos responsáveis pelas Contabilidades.....	66
<b>Gráfico 3</b> - Quantidades de empresas obrigadas a atenderem às exigências do SPED.....	67
<b>Gráfico 4</b> - Na sua opinião, esse objetivo está sendo atendido?.....	70
<b>Gráfico 5</b> - Houve dificuldades com a implantação do SPED.....	72
<b>Gráfico 6</b> - Dificuldades com a implantação e transmissão dos dados ao SPED em referência a qualidade da rede de acesso à internet. ....	73
<b>Gráfico 7</b> - Redução da quantidade de papel utilizado nas contabilidades.....	74
<b>Gráfico 8</b> - Redução dos custos para o escritório. ....	75
<b>Gráfico 9</b> - Recomendações dos contadores para melhorias aos sistemas do SPED.....	76
<b>Gráfico 10</b> - Aumento e tempo de retorno dos recursos financeiros aplicados na implantação do SPED. ....	77
<b>Gráfico 11</b> - Como a implantação do SPED impactou na relação da empresa com os clientes.....	78
<b>Gráfico 12</b> - Dificuldades enfrentadas pelos gestores em relação aos clientes com a implantação do SPED. ....	79

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRASF	Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais
CEPC	Código de Ética Profissional do Contador
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CT-e	Conhecimento de Transporte Eletrônico
DACON	Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais
DCTF	Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais
DMED	Declaração de Serviços Médicos e de Saúde
DPREV	Declaração sobre a Opção de Tributação de Planos Previdenciários
ECD	Escrituração Contábil Digital
ECF	Escrituração Contábil Fiscal
EFD	Escrituração Fiscal Digital
ENAT	Encontro Nacional de Administradores Tributários
HTML	Hypertext Markup Language
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICP	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e serviços
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IRRF	Imposto de Renda Retido na Fonte
ISS	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
MDF-e	Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais Eletrônico
NFC-e	Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica
NF-e	Nota Fiscal Eletrônica
NFS-e	Nota Fiscal de Serviços Eletrônica
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal
PGE	Procuradoria Geral do Estado da Bahia
RFB	Receita Federal Brasileira
SPED	Sistema Público de Escrituração Digital
SRF	Secretaria da Receita Federal
SINIEF	Sistema Nacional Integrado de Informações Econômico - Fiscais
SGML	Standard Generalized Markup Language
UNB	Universidade de Brasília

UPM	Universidade Presbiteriana Mackenzie
WEB	World Wide Web
XML	Extensible Markup Language

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>18</b>
1.1	Tema	20
1.2	Objetivos	21
1.2.1	Objetivo Geral	22
1.3	Problematização	22
1.3.1	Questão - Problema	23
1.3.2	Questões Secundárias	24
1.4	Hipótese de pesquisa:	24
1.5	Justificativa	25
1.6	Resumo Metodológico	26
1.7	Visão geral	27
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b>	<b>27</b>
2.1	Estado da Arte	27
2.2	Marco Conceitual	30
2.3	Marco Teórico	35
2.3.1	Contabilidade Geral e Informatizada	36
2.3.2	Sistema Público de Escrituração Digital - SPED	37
2.3.3	Módulos do SPED	38
2.3.4	Certificado Digital	53
2.3.5	Benefícios e desvantagens do SPED	54
2.3.6	Atuação do Contador na implantação do SPED	55
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>57</b>
<b>4</b>	<b>APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS</b>	<b>59</b>
4.1	Município de Oliveira dos Brejinhos	60
4.2	Perfil das empresas de contabilidades do município	62
4.3	Perfil dos clientes das contabilidades do município	63
4.4	Análise e interpretação dos dados	66
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>83</b>

<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>86</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>89</b>
<b>APÊNDICE A – AUTORIZAÇÕES DAS CONTABILIDADES.....</b>	<b>89</b>
<b>APÊNDICE B - QUESTIONÁRIOS APLICADOS AOS CONTADORES</b>	<b>92</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade é uma ciência social que tem como princípio a proteção do patrimônio das entidades econômico-administrativas, públicas ou privadas.

Desde os primórdios já haviam por parte dos indivíduos a preocupação com o patrimônio. Isso foi percebido no cuidado com o acúmulo de bens através de contagem e controle dos rebanhos, dos instrumentos de pesca e de suas bebidas. A preocupação com o controle e qualidade dos seus pertences foi se aprimorando com o tempo, e, possibilitou o surgimento e desenvolvimento da Contabilidade como ciência e a melhoria do uso de suas técnicas a partir da evolução dos povos de cada período histórico.

Com a necessidade do cuidado com o patrimônio, a Contabilidade foi avançando e mostrando sua importância aos povos, que mesmo utilizando ferramentas rudimentares, já começavam a entender quão valioso era utilizar essas técnicas e contagens para proteger o que conseguiam acumular com o tempo. Conforme salienta Lopes de Sá (2010):

Os registros das operações comerciais, industriais e públicas caminharam para uma sistematização ampla e somente a partir da Idade Média, ou seja, só ofereceram uma organização de maior rigor lógico há cerca de pouco mais de um milênio. (LOPES DE SÁ, 2010, p.21).

Desde então, essa evolução teve maior repercussão a partir do uso da informática em seus processos, em função das exigências legais e procedimentais, ou até mesmo para cumprir os prazos, no que fez com que o investimento em *softwares* e *hardwares* fossem crescentes nas organizações ao longo do tempo.

A história da informática se deu com a necessidade dos povos antigos de realizar a contagem, para isso foi inventado o computador para que pudessem desenvolver cálculos sem maiores trabalhos. Com o passar do tempo foram inventados outros objetos, aprimorando as máquinas e por fim chegando aos aparelhos digitais, que são a quarta geração das máquinas, a era dos microcomputadores, dispositivos eletrônicos encapsulados num *chip* com uma unidade de controle, memória interna e uma unidade lógico-aritmética. Computadores cada vez mais rápidos, com mais economia de energia, maior potência e com memórias cada vez maior.

Com esses avanços surgiram a linguagem de marcação *Standard Generalized Markup Language* (SGML) como um padrão de código aberto utilizado para troca de

eletrônica de dados podendo ser utilizada por diversos sistemas *informatizados*. Tem como derivados o *HyperText Markup Language* (HTML) e o *Extensible Markup Language* (XML), que são elementos em uma página de identificação e que utilizam sintaxes similares. Esses arquivos, foram fundamentais para a criação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), comentado adiante, por ser arquivo digital de armazenamento e troca de dados empresariais por meio eletrônico digital.

Nesse processo, a classe contábil buscou se atualizar para acompanhar as mudanças ocorridas no mundo, cada vez mais globalizado, visando obter condições de atender às exigências do mercado de trabalho, oferecendo à sociedade um serviço de qualidade e com maior agilidade. Ademais, com a crescente informatização de processos na área contábil, vieram novas regras de geração de informações para as entidades reguladoras, e, especificamente, para o Fisco, fato que exigiu por parte das empresas e organizações contábeis investimentos, ainda maiores, em informática e sistemas, para diminuir, sobremaneira, a escrituração de livros em papel.

A Contabilidade, segundo Lopes de Sá (2010, p.25), “(...) por muito tempo, significou escrita, manutenção de livros de escrituração de “contas”, apresentação de saldos de contas e dados sobre acontecimentos havidos nos negócios e até com os empresários”, no que, não diverge das responsabilidades da atualidade, mas vale destacar que os contadores dispõem de forma bem prática dos dispositivos da informática que, presume-se que torna seu trabalho mais dinâmico e preciso.

Um desses dispositivos ou sistemas é o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), constituindo-se em um grande avanço de informatização na relação entre o fisco, empresa e os contribuintes. Esse sistema foi instituído pelo decreto nº 6.022, de 22 de Janeiro de 2007, e trata-se de um sistema que serve como uma espécie de “ponte” para a transmissão do fluxo de dados de informações detalhadas sobre as empresas e demais instituições e padronização das informações entre os órgãos fiscalizadores das esferas do governo: federal, distrital, estadual e municipal, em formato digital.

O sistema SPED é composto por diversos projetos destinados a cada área de concentração e finalidades específicas de cada tipo de empresa e enquadramento tributário. São esses: O Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e); Escrituração Contábil Digital (ECD); Escrituração Contábil Fiscal (ECF); Escrituração Fiscal Digital/Contribuições (EFD Contribuições); Escrituração Fiscal Digital /ICMS/PIS (EFD ICMS/IPI); Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf); e-Financeira; Escrituração Fiscal Digital Social (eSocial); Manifesto

Eletrônico de Documentos Fiscais (MDF-e); Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e); Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) e Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e).

Então, diante dos pressupostos retratados, essa pesquisa apresenta como objetivo, analisar os impactos ocorridos nas empresas de Contabilidade de Oliveira dos Brejinhos, com a implantação do SPED, descrevendo quais foram as dificuldades enfrentadas, as mudanças ocorridas nas empresas após a introdução dessa escrituração, relatando as opiniões dos profissionais contábeis aos procedimentos apresentados, bem como, os investimentos necessários em informática, e de que forma afetou o relacionamento da empresa e clientes decorrentes dessa nova exigência na apresentação das informações contábeis e financeiras de suas empresas em formato digital.

Desta maneira, essa investigação propõe como se segue.

## 1.1 TEMA

A pesquisa trata de assunto referente à Contabilidade Geral e Tributária, associado à **Contabilidade Informatizada**, no qual se estudou especificamente o SPED, com todos os seus módulos.

Para isso, com o tema “Os Impactos da implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) em Contabilidades do município de Oliveira dos Brejinhos - BA”, espera-se demonstrar como foram recepcionados esses procedimentos contábeis/fiscais nos escritórios de contabilidade, da pequena cidade de Oliveira dos Brejinhos, situada a 38 km a Sul-Leste de Ibotirama e a 46 km de Brotas de Macaúbas. Fica a 482 km da capital Salvador, e 347 km de Vitória da Conquista na Bahia. Aborda-se desde a implantação, suas atualizações e os resultados agregados às empresas contábeis.

Essa pesquisa tem como principal referência a **Contabilidade Geral**, que é a base das informações contábeis. Abrange o estudo da contabilidade como um todo, desde as teorias contábeis até o estudo dos fatos. Neste mesmo viés, Sá e Sá (2005, p.93) diz que a Contabilidade Geral “é o estudo da Contabilidade Teórica, ou seja, a dissertação científica das leis contábeis”. Sendo a Contabilidade Geral a base dos estudos da Ciência Contábil.

Concordando com a ideia, Gonçalves e Baptista (2011) conceitua a Contabilidade como:

Ciência que tem por objeto o estudo do Patrimônio a partir da utilização de métodos especialmente desenvolvidos para coletar, registrar, acumular, resumir e analisar todos os fatos que afetam a situação patrimonial de uma pessoa. (GONÇALVES E BAPTISTA, 2011, p.3).

Complementando, essa pesquisa conta com apoio da **Contabilidade Tributária**, por se referir à atividade tributária das empresas, a elevada carga tributária brasileira que, possivelmente, geram impactos para as empresas, nas suas diferentes formas. Um desses impactos, provavelmente, vieram com a implantação do SPED nas entidades empresariais e contábeis do município em questão, podendo estar relacionado ao custo financeiro, fato que deve ser revelado ou não, com os resultados dessa pesquisa, pois de acordo com o porte da empresa e diversidade de suas atividades, o investimento com profissionais especializados nos tributos, funcionários qualificados para atuar no setor administrativo da empresa, sistema de informações, dentre outros, são gastos a ser considerados e levados em conta na implantação do SPED.

Então, presume-se que o tema em questão possa revelar possíveis impactos verificado com a implantação do SPED em um município pequeno e afastado dos grandes centros de negócios e atividades de serviços.

## 1.2 OBJETIVOS

O objetivo é algo que as pessoas buscam um sonho a se realizar. O que se espera alcançar ao realizar uma ação. Pode ser definido como um propósito ou alvo que se pretende atingir.

Para Gil (2008):

A ciência tem como objetivo fundamental chegar à veracidade dos fatos. Neste sentido não se distingue de outras formas de conhecimento. O que torna, porém, o conhecimento científico distinto dos demais é que tem como característica fundamental a sua verificabilidade. (GIL, 2008, p.27).

Os objetivos para a investigação representam além das interações propostas pelo pesquisador, possibilidades de obtenção de resultados mediante o trabalho realizado.

Neste contexto, apresentam-se os seguintes objetivos:

### **1.2.1 Objetivo Geral**

- Analisar os impactos da implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) nas Contabilidades do município de Oliveira dos Brejinhos - BA.

### **1.2.2 Objetivos Específicos**

- Descrever quais foram as possíveis dificuldades com implantação do Sistema Público de Escrituração Digital;
- Relatar as opiniões dos profissionais contábeis ao se adaptarem com os procedimentos dos módulos do Sistema Público de Escrituração Digital;
- Apresentar as mudanças ocorridas na empresa contábil depois da introdução do Sistema Público de Escrituração Digital;
- Apresentar as mudanças ocorridas na empresa, relacionado aos clientes, com a implantação do SPED;
- Verificar se houveram dificuldades entre a contabilidade e os clientes com a adoção dessa nova ferramenta contábil;
- Analisar se houve aumento nas receitas financeiras das empresas decorrente ao investimento despendido com implantação do SPED.

## **1.3 PROBLEMATIZAÇÃO**

Para a realização de uma pesquisa é necessário que se tenha um problema para servir como base de investigação. Em uma visão científica, segundo Kerling, (1980, p.35), “problema é uma questão que mostra uma situação necessitada de discussão, investigação, decisão ou solução”. Ou seja, problema é uma questão que a pesquisa pretende responder, é um processo que gira em torno da busca de uma solução.

Na pesquisa o problema surge como base de indagação, como o objeto a ser estudado.

“Toda a investigação nasce de algum problema teórico/prático sentido. Este dirá o que é relevante ou irrelevante observar, os dados que devem ser selecionados. Essa seleção exige uma hipótese, conjectura e/ou suposição de guia ao pesquisador”. (MARCONI e LAKATOS, 2003, p.76).

Para Gil (1999, p.49), “problema é qualquer questão não solvida e que é objeto de discussão, em qualquer domínio do conhecimento”. A formulação de um problema

tem relação com as indagações: Como são as coisas? Quais as suas causas? E quais as suas consequências? São essas perguntas que irão ser utilizadas como base de objeto para a pesquisa.

Pode ser considerado como algo que irá auxiliar o pesquisador a ter uma visão mais ampla daquilo que se dispõe a descobrir. Podendo usufruir dos resultados para obter maior visibilidade do assunto, ou enxergar de outras formas determinados temas.

### 1.3.1 Questão - Problema

Não faz muito tempo que a contabilização de documentos eram feitas de forma manual e mecânica, até que nas décadas de 80 e 90 houvera significativo avanço da informática, fato que possibilitou da Contabilidade apropriar-se desses novos recursos, sobretudo, pela criação dos arquivos XML em meados da década de 1990, principalmente, concernente às questões tributárias, apresentando uma forma prática de compartilhamento de informações pela *internet* com a junção da flexibilidade do SGML<sup>1</sup> e a simplicidade do HTML<sup>2</sup>.

Após surgimento desses arquivos, foi possível a criação de um sistema dos moldes do SPED que pudesse ter como objetivo a integração dos fiscos: federal, estaduais, municipais, com os contribuintes, de modo que a informação seja compartilhada com uma maior rapidez e precisão. Antes da utilização dos arquivos citados, e, obrigatoriedade do SPED, as escriturações eram feitas, de forma manual, em livros físicos e programas como *Word* e planilhas do *Excel*, ou, programas específicos de contabilidade, contudo não havia ainda a facilidade de integração.

Com as atualizações da informatização, foram surgindo *softwares* e *hardwares* específicos para as movimentações que um escritório de contabilidade realiza, tais como os programas: *Domínio*, *Alterdata*, *Prosoft*, *Najason*, *Fortes*, dentre outros. Com as exigências do SPED, tiveram que se adaptar e se atualizar para a geração dos arquivos para transmissão.

Diante das novas atualizações essa pesquisa tem como problema:

---

<sup>1</sup> *SGML (Standard Generalized Markup Language)* foi criada no final da década de 60 pelos pesquisadores da IBM C. Goldfarb, E. Mosher e E. Lorie, com o objetivo de construir um sistema portátil para o intercâmbio e manipulação de documentos.

<sup>2</sup> *HTML (Hyper Text Markup Language)* foi criada por Tim Berners Lee (o idealizador da *WWW*) especificamente para a composição e apresentação de documentos na *Web*. É uma linguagem de marcação voltada para estruturação de documentos, apresentação visual de documentos em um navegador.

Ambos são linguagens de programação de computador, conhecidos como *Mark up*, linguagens utilizadas para desenvolver páginas na *web*. São escritos em elementos tag predefinidos. A principal diferença seria *HTML* é um subconjunto da *SGML*.

- Quais os impactos ocasionados pela implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) nas Contabilidades do município de Oliveira dos Brejinhos -BA?

Com base no assunto que se estuda, estima-se que houve impactos positivos para as empresas contábeis após implantação do SPED partindo-se do pressuposto que se obteve: ganho de tempo para execução das atividades, melhor fiscalização e digitalização dos processos contábeis e com isso melhor desempenho nas entidades.

### **1.3.2 QUESTÕES SECUNDÁRIAS**

Têm-se como desdobramento do problema, as seguintes questões secundárias:

- Quais foram as possíveis dificuldades com a implantação do Sistema Público de Escrituração Digital?
- Quais as opiniões dos profissionais contábeis ao se adaptarem com os procedimentos dos módulos do Sistema Público de Escrituração Digital?
- Quais foram as mudanças ocorridas na empresa contábil depois da introdução do Sistema Público de Escrituração Digital?
- Quais as mudanças ocorridas na empresa, relacionado aos clientes, com a implantação do SPED?
- Quais foram as dificuldades entre a contabilidade e os clientes com a adoção dessa nova ferramenta contábil?
- Quais os resultados nas receitas financeiras das empresas decorrente ao investimento despendido com implantação do SPED.

### **1.4 HIPÓTESE DE PESQUISA:**

A hipótese é uma suposta e provisória resposta a um problema. Deve ser submetida à verificação para ser comprovada. Gil (2002, p.31) diz que “a hipótese é a proposição testável que pode vir a ser a solução do problema”.

Para Menezes e Silva (2005, p.86), “Hipóteses são suposições colocadas como respostas plausíveis e provisórias para o problema de pesquisa. As hipóteses são provisórias porque poderão ser confirmadas ou refutadas com o desenvolvimento da pesquisa”.

A hipótese tem uma importante função em uma investigação. Ela serve como possível explicação ou solução ao problema que originou a pesquisa. É a hipótese que

orienta a busca de ordem entre os fatos. Serve como uma proposição antecipada à comprovação de uma realidade, ou seja, propor por meio dela, uma resposta a um problema, sem saber se as observações, fatos ou dados, irão comprovar ou reprovar o que se propõe para a investigação.

Diante das argumentações apresentadas, acredita-se que: **provavelmente houve um ganho financeiro ao longo prazo na prestação dos serviços contábeis e fiscais, em função do novo conhecimento adquirido, bem como no investimento em *hardwares* e *softwares* para a implantação do SPED.**

### 1.5 JUSTIFICATIVA

A essência do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) é dar conhecimento aos poderes públicos de informações detalhadas sobre empresas e demais instituições, haja vista que os dados são enviados em forma de arquivos eletrônicos (OLIVEIRA, 2014) e, neste contexto, essa pesquisa se justifica pelo propósito de analisar o impacto que as contabilidades do município de Oliveira dos Brejinhos tiveram com a implantação do SPED.

O cenário do município, em questão, tende a modificar-se com a implantação do SPED, pois, possivelmente as questões sociais estarão filtradas de forma mais relevante. A nova sistemática é aplicada por todas as empresas que se enquadram nas normas publicadas pela Receita Federal do Brasil. Portanto, está presente na vida cotidiana dos profissionais contábeis, sendo esses os agentes receptores desses novos procedimentos do SPED.

Nesse contexto, presume-se que foi importante para a classe contábil da cidade e região a criação e implantação dessa ferramenta, dado que se trata de meios computadorizados que tende a facilitar o dia a dia do fazer contábil. E que, mesmo com toda a possível dificuldade por questão de distância dos grandes centros e das centrais da base da Receita Federal, os profissionais se mantiveram conectados à todas as novidades da classe contábil e com todas as obrigações exigidas pelo fisco.

O SPED surgiu em 2007, como parte do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC), mas para os acadêmicos até hoje ainda é tratado como um tema relativamente novo, pouco estudado em sala de aula, dado à possíveis questões de carga horária e complexidade de estudo dos outros tributos, no que, mesmo assim se mostra bastante interessante para o desenvolvimento do aprendizado na Universidade, pois, se refere à nova exigência de procedimentos

utilizados pela Receita Federal para a arrecadação de impostos e prestação de informações pelas empresas.

A ampliação do conhecimento já existente sobre o tema, bem como a pesquisa sobre os possíveis problemas e desafios com a implantação do SPED no município estudado, foi o que ressaltou o interesse da pesquisadora. O fato de poder apresentar um resultado com perspectivas de melhorias aos contadores da região despertou um interesse em realizar a pesquisa sobre esse tema.

A instituição do SPED tende a representar uma revolução no meio contábil. Do ponto de vista dos órgãos de administração tributária, essa escrituração é mais uma maneira de evitar a sonegação de impostos e ao mesmo tempo reunir informações, econômicas e sociais, importantes nos bancos de dados da Receita Federal, viabilizando um controle mais eficiente para a arrecadação de tributos e possibilitando a melhoria nos controles internos e cumprimento de obrigações acessórias por parte do contribuinte, fato que possibilita uma melhoria na gestão tributária governamental.

Por conseguinte torna-se um resultado importantíssimo para a sociedade, que com o combate à sonegação, e o aumento da arrecadação, como principal efeito positivo dessa nova adoção, possivelmente, receberá outros benefícios, tal como a sonhada redução da carga tributária.

Neste contexto, insere a Contabilidade, que utiliza-se da inovação tecnológica existente, após implantação do SPED e a nova maneira de cumprir com as obrigações tributárias destinadas as empresas, para ser parceira dos órgãos públicos fiscalizadores, no combate à sonegação e na assessoria tributária às empresas que são responsáveis, fato que, confirma sua importância, também, para Controle Social.

Por fim, presume-se que o tema SPED é de extrema relevância para agregar conhecimento à Academia por meio de pesquisas do gênero, que possam contribuir para que a sociedade participe do universo inovador de boas práticas capazes de gerar transformações sociais, principalmente, e, difundidas pelo curso e pelos estudantes do curso de Ciências Contábeis.

## **1.6 RESUMO METODOLÓGICO**

Esta pesquisa teve uma abordagem paradigmática quantitativa, construída com base no pensamento indutivo, com cunho descritivo, tendo sido apoiada na interpretação descritiva dos dados. Como eixo principal de procedimentos utilizou a *survey*, que é uma pesquisa de levantamento de dados, e, como instrumentos de coleta o questionário

semiestruturado, do tipo fechado com registro individual. Trabalhou-se com amostra por conveniência, que teve como universo de pesquisa a cidade de Oliveira dos Brejinhos, onde possui três escritórios de contabilidade, dos quais a pesquisadora teve o fácil acesso às informações requisitadas, por meio do questionário direcionado aos Contadores responsáveis pelas empresas e por utilizarem os módulos do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED.

## **1.7 VISÃO GERAL**

A Monografia realizada contém 5 capítulos. O primeiro refere-se à introdução, discorre sobre os elementos essenciais, o tema, os objetivos, a problematização, hipóteses e a justificativa. O segundo contém a teoria, traz a abordagem do referencial teórico, dividido em: Marco conceitual, Estado da arte e Marco teórico. O terceiro capítulo expõe a metodologia da pesquisa. O quarto apresenta a análise dos dados coletados e os resultados respondendo às questões da pesquisa buscando atender aos objetivos. E no quinto capítulo a conclusão, um resumo do trabalho apresentando as conclusões finais da pesquisa.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Para que o leitor possa compreender, melhor, sobre o tema desta pesquisa, a partir de agora serão abordados os tópicos: Estado da Arte, Marco Conceitual e Marco Teórico. Que trarão os conceitos fundamentais da temática, os principais estudos encontrados sobre o tema e uma abordagem mais aprofundada do assunto.

### **2.1 ESTADO DA ARTE**

A pesquisa tem como temática: “Os impactos da implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) em Contabilidades do município de Oliveira dos Brejinhos - BA”.

O Estado da Arte apresenta uma seleção de alguns trabalhos científicos que discorrem sobre o tema, visando identificar em qual nível ou profundidade de abordagem se encontra, o assunto, na época em que se realizou essa pesquisa. Para tanto, foi selecionado alguns trabalhos ligados à temática SPED. Esse estudo foi realizado em *sites* de periódicos, tais como: *Scielo*, *Google acadêmico*, e repositórios de Universidades.

O texto que foi utilizado para embasar teoricamente esta pesquisa trata-se de uma dissertação, e foi encontrado através do *Google* acadêmico no repositório da Faculdade UPM - Universidade Presbiteriana Mackenzie - SP. Para a busca foi utilizado o termo “SPED”, encontrando-se diversos artigos com diferentes enfoques, onde foi escolhido três para junto com o livro “Sistema Público de Escrituração Digital” embasar a pesquisa.

Ressalte-se no entanto que este trabalho monográfico, também foi construído, através das leis extraídas dos portais via *internet* e de livros do SPED, Contabilidade geral e manual da Receita Federal do Brasil.

O **quadro 1** apresenta os trabalhos acadêmicos e livros encontrados, conforme pesquisa eletrônica realizada.

Quadro 1 - Estado da Arte da Temática em julho/2018

TIPO	Dissertação	Monografia	Artigo	Livro
<b>TÍTULO</b>	O efeito do Sped nos serviços profissionais de contabilidade na percepção de gestores de escritórios contábeis na cidade do Rio de Janeiro.	SPED: impactos nas obrigações acessórias prestadas pelos contadores	SPED - Sistema Público de escrituração Digital: percepção dos contribuintes em relação os impactos de sua adoção.	SPED: Sistema Público de Escrituração Digital
<b>AUTOR (ES)</b>	Emmanuel Lopes dos Anjos	Gabriel Carlos Ribeiro Antunes	Cecília Moraes Santostaso Geron, João Ricardo Finatelli, Ana Cristina de Faria e Maria do Carmo Romeiro.	Paulo Antonio Mariano e Osmar Reis Azevedo
<b>ANO</b>	2018	2016	2011	2009
<b>NIVEL</b>	Mestrado	Graduação (TCC)	---	---
<b>INSTITUIÇÃO</b>	UPM - Universidade Presbiteriana Mackenzie	UNB - Universidade de Brasília	Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade	---
<b>IDEIA PRINCIPAL</b>	Identificar a percepção dos gestores de escritórios de contabilidade a respeito dos efeitos em relação ao aumento de serviço, necessidade de investimento, qualificação de pessoal, impacto em novos serviços, ocorridos nos departamentos da contabilidade, mediante a necessidade de atender as obrigações do SPED e de seus clientes.	Verificar se com a implementação do SPED houve impactos que proporcionaram mais tempo para os contadores e melhores condições para o atendimento dos interesses dos clientes com uma Contabilidade voltada para tomada de decisões.	O artigo analisa as melhorias operacionais nas empresas na adoção do SPED. Como conclusão o trabalho constatou que no Brasil, há poucas análises sobre o tema, sendo a maioria dos estudos existentes abordando os impactos favoráveis ao Governo, como, por exemplo, o maior controle nas fiscalizações e combate à sonegação de impostos.	Trata-se de um livro que demonstra os detalhes do SPED Fiscal (EFD); SPED Contábil (ECD) e NF-e (Nota Fiscal Eletrônica). O autor explica como os contribuintes devem se adequar a essa nova obrigação.
<b>LINK/LUGAR</b>	<a href="http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/3570">http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/3570</a>	<a href="http://bdm.unb.br/handle/10483/16339">http://bdm.unb.br/handle/10483/16339</a>	<a href="http://repec.org.br/index.php/repec/article/view/343/128">http://repec.org.br/index.php/repec/article/view/343/128</a>	Livro Físico
<b>DATA DE ACESSO</b>	30 jul 2018	03 ago 2018	04 abr 2017	03 set 2018

Fonte: Compilação da *internet* (2018) – organização própria

No **quadro 01** estão relacionados quatro trabalhos, sendo: uma dissertação, uma monografia, um artigo e um livro. A dissertação mostra a percepção dos gestores de escritórios de contabilidade a respeito dos efeitos em relação ao aumento de serviço, necessidade de investimento, qualificação de pessoal, impacto em novos serviços, ocorridos nos departamentos da contabilidade com a implantação do SPED. A monografia verificou se com a implementação do SPED houve impactos que proporcionaram mais tempo para os contadores e melhores condições para o atendimento dos interesses dos clientes em uma Contabilidade. O artigo tem como ponto central analisar as melhorias operacionais nas empresas na adoção do SPED e o livro aborda sobre o SPED - Sistema Público de Escrituração Digital, analisando os impactos que os contribuintes sentiram com essa nova ferramenta.

A seguir, no Marco Conceitual, serão abordados os principais conceitos dos termos técnicos que foram utilizados no decorrer do trabalho, para que o leitor possa compreender melhor, e, interpretar os dados da pesquisa.

## **2.2 MARCO CONCEITUAL**

No Marco Conceitual, foram apresentados e definidos alguns termos técnicos mencionados nesta pesquisa, para dentre outros aspectos, esclarecer ao leitor, mesmo que não seja da área do seu conhecimento, como se deu o processo de implantação do SPED no município em questão, possibilitando-os uma visão crítica sobre o assunto pesquisado. Serão eles: Ciência Contábil, Contabilidade Geral, Tributária e Informatizada; SPED e seus subprojetos, usuários, normas e entidades reguladoras.

O Dicionário de Contabilidade apresenta o conceito de Ciência Contábil, que é o “conjunto de conhecimentos que explica os fenômenos ocorridos com o patrimônio sob a égide das finalidades deste e que são a Rentabilidade, Liquidez, Produtividade, Elasticidade, Economicidade, Equilíbrio, Sociabilidade e Invulnerabilidade” (Sá e Sá, 2005, p.93).

A Contabilidade, na sua acepção primitiva, surgiu e foi aprimorada, a partir da necessidade de cuidado com o acúmulo de bens através da contagem e controle do rebanho, tal como configura em Sá (1997):

O predomínio dos fortes sobre os fracos, as ambições, a apropriação indébita, o egoísmo, escreveram desaparecimentos de muitas civilizações e ainda continuam a conturbar o mundo social de nossos dias; basta esta consideração

para que imaginemos como os cuidados com a defesa dos meios patrimoniais devem ter aflorado no despertar das células sociais.

O mais antigo documento dessa época que se conhece parece ser o que nos apresenta Figuer. Foi encontrado na gruta D'Aurignac, no departamento de Haute Garone, na França; é uma lâmina de osso de rena, contendo sulcos que indicam quantidades. (SÁ, 1997, p.21).

Com o passar do tempo, a Contabilidade Tecnista foi se aprimorando até a sua confirmação como Ciência, e, nesse sentido, Franco (1997) diz que a função da Contabilidade é:

Registrar, classificar, demonstrar, auditar e analisar todos os fenômenos que ocorrem no patrimônio das entidades, objetivando fornecer informações, interpretações e orientação sobre a composição e as variações desse patrimônio, para a tomada de decisões de seus administradores. (FRANCO, 1997, p.19).

Confirma a importância do patrimônio para a Contabilidade, como peça chave, o objeto principal para o estudo da ciência contábil. Corroborando com a ideia de Franco, Marion (2009) define que:

A Contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa. Ela é muito antiga e sempre existiu para auxiliar as pessoas a tomarem decisões. Com o passar do tempo, o governo começa a utilizar-se dela para arrecadar impostos e a torna obrigatória para a maioria das empresas. (MARION, 2009, p.28).

Sendo assim, observa-se que a Contabilidade é a ciência que estuda, registra e interpreta os fatos e fenômenos ocorridos em uma empresa que afetam o patrimônio, analisando os acontecimentos e explicando os motivos das alterações, permitindo aos gestores respostas sobre o seu patrimônio, bem como, auxiliando-os nas suas tomadas de decisões, fato amparado pela afirmação de Sá “A Contabilidade Geral é, portanto, a observação ampla e essencial do patrimônio, sem destacar a forma e a natureza da azienda<sup>3</sup>”. (Sá e Sá, 2005, p.94).

Pelo pressuposto, denota-se que, o objeto principal da Contabilidade é o estudo do Patrimônio das empresas, que se torna complexo, em tese, a partir do tempo de sua existência e tamanho da organização, mas, plenamente concebível diante das inovações tecnológicas na área Contábil e nos procedimentos, para tanto, faz-se necessário o uso

---

<sup>3</sup> Azienda: segundo Sá e Sá (2005, p.80), no Dicionário de Contabilidade, é o sistema de elementos material e pessoal que busca a realização de um fim e que em sentido dinâmico origina uma série de fatos que concorrem para a formação e o desenvolvimento da sociedade. Entidade. Empresa.

constante de computadores, e investimentos em *softwares* e *hardwares*. A informática se tornou, por assim dizer o “braço direito” dos escritórios contábeis e organizações, para que possam oferecer um serviço de melhor qualidade, mais rápido e atualizado em tempo hábil.

Nesse contexto, há mais de uma década, o autor Oliveira (2003), em sua obra *Contabilidade Informatizada*, já explicava que:

A escrituração contábil, feita manualmente, começou a perder espaço a partir do surgimento das máquinas mecânicas produzidas nos Estados Unidos (máquinas de datilografia e processadores automáticos, utilizadas para o preenchimento de fichas) principalmente em função das dificuldades que esses profissionais encontravam em registrar e manter atualizados, o grande volume de informações necessárias. Tais máquinas, por sua vez, foram sendo substituídas pelos microcomputadores e sistemas informatizados, em face do baixo custo dos novos equipamentos (OLIVEIRA, 2003, P.12 apud SANTOS, 2015, p.27).

A Informática existe, portanto, como aliada da área contábil, trazendo inovação em recursos procedimentais, e, faz com que a área cumpra suas obrigações formais permanecendo atualizada nos novos tempos.

São várias as vantagens destacadas por Edson Oliveira em seu livro *Contabilidade Informatizada*, sobre a importância da informatização contábil, algumas delas como ele destaca são: aumento da produtividade; melhoria da qualidade dos serviços; mais estímulos para os profissionais da área; facilidade para leitura prévia dos relatórios; atendimento às exigências dos órgãos quanto ao cumprimento de prazos; facilidade de acesso às informações da empresa; maior segurança das informações e menos espaço físico nos ambientes de trabalho. (OLIVEIRA, 2003).

O autor ainda destaca que:

Alguns procedimentos são necessários para que os resultados da informática aplicada à contabilidade sejam plenamente favoráveis à empresa e aos profissionais que atuam na área, visto que este deve ser o objetivo principal de quem busca melhorar suas condições de trabalho, por meio da informatização. (OLIVEIRA, 2003, p.15).

Nesse contexto de inovação tecnológica o surgimento da *Internet*, diversos *softwares* apropriados, e, dos arquivos que fazem parte da linguagem de marcação *SGML*, que é um sistema portátil para o intercâmbio e manipulação de documentos, contribuiu sobremaneira, para o estágio atual de evolução da Contabilidade.

Um dos arquivos é o *XML*, que é uma metalinguagem de marcação criada a partir de *SGML* com o objetivo de prover o intercâmbio de documentos através da *WEB* de forma independente de sistemas operacionais ou formatos de arquivos, e suporta uma grande gama de aplicações, permitindo a definição de elementos pelo usuário para estruturar o documento. Assim como o *XML*, o *HTML* é derivado do *SGML*, significa linguagem de marcação de hipertexto e é um editor de hipertextos bastante utilizado para a criação de páginas *online* e aplicações na *web*.

Ressalta-se que essas ferramentas foram de extrema importância para a contabilidade, pela necessidade da utilização da plataforma digital para importação, armazenamento e distribuição dos dados coletados.

Diante da facilidade alcançada pelo uso dos arquivos relacionados, o SPED, é um projeto criado pelo Governo Federal para controle das transações comerciais e financeiras das empresas, devido ao aumento das atividades econômicas do país, nos últimos anos e a crescente utilização da *internet*, fato que possibilitou a criação de uma única base de dados para transitar os registros gerados pelas empresas, monitorando as informações.

O SPED foi instituído em 2007, pelo Decreto nº 6.022, publicado no Diário Oficial da União no dia 22 de janeiro 2007, e alterado pelo Decreto nº 7.979, em 08 de abril de 2013, como parte do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC 2007-2010) e é considerado, do ponto de vista do sistema de informação, mais um grande avanço na relação entre o fisco e o contribuinte.

De acordo o Art.2º do Decreto nº 6.022/2007 do SPED, diz que:

Art. 2º O SPED é instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração contábil e fiscal dos empresários e das pessoas jurídicas, inclusive imunes ou isentas, mediante fluxo único, computadorizado, de informações. (BRASIL, 2007).

Esse sistema abrange todas as esferas governamentais: federal, distrital, estadual e municipal, sendo considerado também um enorme avanço com o cuidado do futuro ambiental do País, pois o fluxo de dados das atividades das empresas, que antes eram apresentados em papéis, com o SPED, é feito em formato digital enviado eletronicamente aos órgãos responsáveis. Possibilita fácil acesso às informações, visto que, antes somente eram feitas em visita ao local da empresa ou nos escritórios de contabilidade manuseando os livros de registros, fato que dificultava teoricamente a eficácia da fiscalização. Para tanto, Edson Oliveira (2014) informa que:

A essência do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED é dar conhecimento aos poderes públicos de informações detalhadas sobre empresas e demais instituições, haja vista que os dados são enviados em forma de arquivos eletrônicos. (OLIVEIRA, 2014, p.91).

Esse sistema foi criado, também, para facilitar o relacionamento dos contribuintes no cumprimento das obrigações acessórias e exigências a serem cumpridas às administrações tributárias. Pode-se, com esse sistema, obter uma efetiva participação dos usuários com transparência e reflexos positivos para a sociedade, quer no aprimoramento dos mecanismos inibidores da sonegação, quanto, atribuindo maior grau de legitimidade às ações, pois o próprio contribuinte fornece os dados. Facilita a fiscalização das atividades empresariais pelas Juntas Comerciais, Secretárias de Fazenda Estadual e Municipal, Receita Federal do Brasil, Banco Central do Brasil e demais órgãos responsáveis às destinações das informações reunidas no SPED.

O sistema SPED, até a presente data, se divide em doze subprojetos, sendo eles: Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e); Escrituração Contábil Fiscal (ECF); Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf); e-Financeira; Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e); Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais (MDF-e); Escrituração Contábil Digital (ECD); Escrituração Fiscal Digital Social (eSocial); Escrituração Fiscal Digital/Contribuições (EFD Contribuições); Escrituração Fiscal Digital/ICMS/PIS (EFD ICMS/IPI); Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) e Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica - NFC-e. Mais adiante serão disponibilizadas informações sobre como está o andamento dos módulos criados para uso no SPED<sup>4</sup>, doravante tratado de forma individualizada.

Convém destacar que os módulos que compõe o SPED, possivelmente contribuíram, sobremaneira, para modernização do fazer contábil, auxiliando no cumprimento das obrigações principais e acessórias, e todos os demais trâmites burocráticos que servirão como base para o pagamento do tributo e futura fiscalização. Todas essas informações, são transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores, fato que tende a possibilitar maior agilidade do fazer contábil. Para a validação desses procedimentos, é exigido a utilização de certificação digital para fins de assinatura dos documentos eletrônicos, garantindo assim a validade jurídica dos mesmos em seu formato digital transmitidos ao SPED.

---

<sup>4</sup> RECEITA FEDERAL DO BRASIL. SPED - Sistema Público de Escrituração Contábil. Disponível em: <<http://sped.rfb.gov.br>>. Acesso em: 03 out. 2018.

O certificado digital é a identidade digital da pessoa física e jurídica no meio eletrônico. Garante a autenticidade, confiabilidade e integridade, possibilitando manter os dados confidenciais, protegidos contra a leitura por pessoas não autorizadas. A Instrução Normativa RFB N°969, de 21 de outubro de 2009, “dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação de declarações com assinatura digital, efetivada mediante utilização de certificado válido, nos casos em que especifica”. (BRASIL, 2009).

Nesse contexto, a instrução referida apresenta no artigo 1º os demonstrativos e declarações que são obrigadas a apresentarem a assinatura digital em seus arquivos, a saber: Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF); Escrituração Contábil Digital (ECD); Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais (Dacon); Declaração de Serviços Médicos e de Saúde (Dmed); Declaração sobre a Opção de Tributação de Planos Previdenciários (Dprev), entre outros.

A obrigatoriedade da assinatura digital, efetivada mediante a utilização do certificado digital válido para a apresentação das declarações acima mencionadas é definida para todas as pessoas jurídicas, exceto as optantes pelo Simples Nacional e pessoas físicas.

São usuários do SPED, segundo o Decreto N°6.022, de 22 de janeiro de 2007:

- I – a Secretaria da Receita da Federal do Ministério da Fazenda;
- II - as administrações tributárias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante convênio celebrado com a Secretaria da Receita Federal;
- e
- III - os órgãos e as entidades da administração pública federal direta e indireta que tenham atribuição legal de regulação, normatização, controle e fiscalização dos empresários e das pessoas jurídicas, inclusive imunes e isentas. (BRASIL, 2007).

O acesso a essas informações, mantidas armazenadas no SPED, deverão ser compartilhadas por seus usuários, no limite de suas respectivas competências e sem prejuízo da observância à legislação referente aos sigilos comercial, fiscal e bancário.

### **2.3 MARCO TEÓRICO**

O Marco Teórico abordará com maior dimensão o assunto da pesquisa, ou seja, o SPED e os módulos que compõe este programa. Serão divididos em subtópicos e trazem ao leitor uma maior compreensão do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED.

### 2.3.1 Contabilidade Geral e Informatizada

É sabido que a Contabilidade tem se aprimorado, ao longo dos anos, e, atualmente consegue dispor de informações econômicas e fiscais com maior rapidez diante da nova realidade digital. O avanço da tecnologia em todo o mundo despertou, na área contábil, uma oportunidade de evolução, utilizando a *internet* como meio para a realização das obrigações das empresas, fato que, fez com que o Contador busque ficar sempre atualizado para se posicionar na defesa dos seus clientes com informações em tempo hábil, aperfeiçoando a oferta dos serviços oferecidos pelos escritórios de Contabilidade.

A informática teve um papel importante no contexto da Contabilidade, que com programas modernos oferecem aos profissionais da área contábil boas condições para a prestação dos serviços, otimizando o tempo de atendimento aos clientes, principalmente, com o andamento dos serviços realizados.

A melhoria dos níveis das atividades realizadas pelos profissionais contábeis, e, concomitante atendimento aos clientes já vinha acontecendo há algum tempo, com a crescente informatização dos processos contábeis. A diminuição do uso de talões de notas fiscais, que passam para emissão eletrônica, é uma grande inovação, aja visto que o tramite de documentos deixa de ser físico e passa a ser feita de forma eletrônica. Ademais, as declarações obrigatórias, são enviadas pelas plataformas do SPED por arquivos digitais, diminuindo cada vez mais o uso de papel.

A evolução dos sistemas de informações, possivelmente, trouxe significativas contribuições para os negócios. O desenvolvimento das entidades nos últimos anos, teve como aspecto favorável a melhoria crescente nas atividades econômicas. A competitividade das empresas cada vez mais acirradas, nos mercados consumidores exigem, para a melhoria dos resultados, advento da redução dos custos adicionais muitas vezes desnecessários, para o alcance dos lucros planejados.

Para essa conformidade contábil a informática se fez presente e como uma base para a mudança. O *site* Rede Jornal Contábil, elenca 9 vantagens sobre a Contabilidade Digital. São elas:

1. Maior produtividade: fazer mais em menos tempo;
2. Maior eficiência: fazer melhor por um custo menor;
3. Melhor atendimento: maior oferta de canais de contato com o cliente;
4. Maior valor agregado: qualidade aplicada aos serviços;
5. Maior disponibilidade: sem prejudicar sua rotina;
6. Maior oferta de serviços: permite ampliar sua atuação no mercado;
7. Melhor organização e gestão do tempo: para um dia a dia mais tranquilo;
8. Crescimento: possibilidade de atender mais clientes;

9. Diferenciais competitivos: pode ser a produtividade, eficiência, atendimento, entre outros fatores proporcionados pelo meio digital. (Contabilidade Digital: O Guia Completo, 2017).

Em meio aos, prováveis, benefícios da constante informatização do fazer contábil, é importante que o profissional da contabilidade conheça e trabalhe com as vantagens e se atualize para oferecer aos clientes todos os benefícios da maneira correta.

### **2.3.2 Sistema Público de Escrituração Digital - SPED**

O Sistema Público de Escrituração Digital, doravante tratado como SPED, surgiu em 22 de janeiro de 2007, instituído pelo Decreto nº 6.022 publicado no Diário Oficial da União. Foi constituído como parte do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC 2007-2010), tornando-se em um avanço na informatização da relação entre o fisco e os contribuintes. Marca também a mudança do conceito de fluxo de papéis pela substituição pelo fluxo de dados eletronicamente enviado aos órgãos de controle, de todas as esferas governamentais: federal, distrital, estadual e municipal.

O SPED tem como objetivo principal, promover a integração dos fiscos, mediante a padronização e compartilhamento das informações contábeis e fiscais, de acordo com as restrições legais. Tende também a racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias para os contribuintes, com o estabelecimento de transmissão única de diferentes obrigações dos diversos órgãos fiscalizadores. Esse novo programa, visa tornar mais célere a identificação de irregularidades tributárias, com a melhoria do controle dos processos, a rapidez no acesso às informações e a fiscalização mais efetiva das operações com o cruzamento de dados e auditoria eletrônica.

Sobre o tema, o autor Edson Oliveira (2014, p.91) diz que “a essência do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED é dar conhecimento aos poderes públicos de informações detalhadas sobre empresas e demais instituições, haja vista que os dados são enviados em forma de arquivos eletrônicos”. Para tanto, a SRF deu um passo importante para controle das informações fiscais com reflexo na sociedade, como todo, através do auxílio da informática, visando a obtenção de informações de uma empresa de maneira mais ágil, que antes só se conseguiria por meio de visitas aos locais das empresas ou aos escritórios de contabilidade, fato que tende a facilitar o uso de procedimentos fiscais para evitar/diminuir o que se conhece como sonegação fiscal.

Importante destacar, que a integração com os governos e outros setores de um mesmo governo, possibilita o tramite de uma vasta gama de informações,

disponibilizando um controle bem mais eficiente para a arrecadação de tributos. O SPED, também visa o aprimoramento da relação fisco-empresa, e a possibilidade de melhoria dos controles internos e do cumprimento de obrigações acessórias por parte dos contribuintes.

Esses benefícios tendem a se estender aos profissionais de Contabilidade, através da realização de investimentos e treinamentos para atuação profissional. Com isso, possivelmente, pode acontecer, maior valorização, e, a exercer um papel de protagonista nesta nova era de transformação digital.

### **2.3.3 Módulos do SPED**

Desde sua criação o SPED tem aumentado os procedimentos do seu universo de atuação e está subdividido em programas, como dito, para fornecer informações aos órgãos e entidades reguladoras, tais como: Caixa Econômica Federal, RFB, os Governos Federais, Estaduais e Municipais, e demais entidades a que se destinam. Por isso mesmo, está dividido em 12 subprojetos, que tendem a contribuir com informações para os órgãos acima relacionados, com informações dos setores tributários, previdenciários, contábil, e outros, descritos a partir do próximo tópico.

#### **2.3.3.1 NF-e**

A Nota Fiscal Eletrônica, modelo 55, foi instituída pelo Ajuste SINIEF 7, de 3 de setembro de 2005. É utilizada pelos contribuintes do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI ou Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, para substituir a Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, e a Nota Fiscal de Produtor, modelo 4.

A NF-e é o documento eletrônico emitido e armazenado apenas em formato digital, com a finalidade de documentar as operações e prestações. Tem validade jurídica garantida pela assinatura digital do emitente e a autorização de uso pela administração tributária da unidade federada do contribuinte.

O objetivo da NF-e é voltado para a integração do processo de controle fiscal para um melhor intercâmbio e compartilhamento de informações entre os fiscos, redução de custos, facilitando o cumprimento das obrigações tributárias e pagamento de impostos e contribuições e para o fortalecimento do controle e da fiscalização.

Conforme a Cláusula quarta do Ajuste SINIEF 7, o arquivo da NF-e só poderá ser utilizado como documento fiscal, após: ser transmitido eletronicamente à administração tributária e ter seu uso autorizado por meio de Autorização de Uso da NF-e.

A Receita Federal elencou, no site do SPED, alguns benefícios e vantagens do projeto da NF-e para seus vinculados. São eles:

- Aumento na confiabilidade da Nota Fiscal;
- Melhoria no processo de controle fiscal, possibilitando um melhor intercâmbio e compartilhamento de informações entre os fiscos;
- Redução de custos no processo de controle das notas fiscais capturadas pela fiscalização de mercadorias em trânsito;
- Diminuição da sonegação e aumento da arrecadação;
- Suporte aos projetos de escrituração eletrônica contábil e fiscal da Receita Federal e demais Secretarias de Fazendas Estaduais;
- Fortalecimento da integração entre os fiscos, facilitando a fiscalização realizada pelas Administrações Tributárias devido ao compartilhamento das informações das NF-e;
- Rapidez no acesso às informações;
- Eliminação do papel;
- Aumento da produtividade da auditoria através da eliminação dos passos para coleta dos arquivos;
- Possibilidade do cruzamento eletrônico de informações. (Receita Federal do Brasil: SPED, 2017)

O Projeto da NF-e é um projeto inovador, com pensamento sustentável e facilidade de compartilhamento de informações com o cruzamento de dados feito de forma eletronicamente, facilitando a maneira de utilização das Notas Fiscais, para a divulgação das informações pertinentes a vendas e prestações de serviços.

Alterado pelo Ajuste SINIEF<sup>5</sup> 17, de 9 de dezembro de 2016.

### **2.3.3.2 EFD - ICMS/IPI**

Este módulo trata da Escrituração Fiscal Digital - ICMS/IPI, e foi instituído pelo Convênio ICMS nº 143, de 15 de dezembro de 2006.

Nesse módulo constará as informações necessárias para a apuração dos impostos referentes às operações e prestações praticadas pelo contribuinte, entre outras, que interessar para as administrações tributárias das unidades federadas e da RFB. Seu formato será em arquivo digital, assinado para garantia da sua validade jurídica,

---

<sup>5</sup> SINIEF - Sistema Nacional de Informações Econômicas e Fiscais. O Ajuste SINIEF prescreve e acorda uma normatização única para os estados aderentes ao acordo, junto com a união, para simplificar não só documentos como notas e livros fiscais, e estabelecer uma nomenclatura dos diferentes tipos de operações e transações empresariais.

integridade e autenticidade de suas informações com o certificado digital do contribuinte ou seu representante legal certificado pela ICP-Brasil<sup>6</sup>.

Segundo o §3º os arquivos a serem escriturados para a EFD são:

- I - Livro Registro de Entradas;
- II - Livro Registro de Saídas;
- III - Livro Registro de Inventário;
- IV - Livro Registro de Apuração do IPI;
- V - Livro Registro de Apuração do ICMS;
- VI - documento Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente - CIAP;
- VII - Livro Registro de Controle da Produção e do Estoque. (BRASIL, 2009).

Todos os contribuintes do ICMS e/ou do IPI estão obrigados a enviarem a escrituração ao EFD. As administrações tributárias das unidades federadas e da RFB poderão ainda dispensar a obrigatoriedade a alguns contribuintes, conjunto de contribuintes ou setores econômicos ou indicar os contribuintes obrigados à EFD, tornando a utilização facultativa aos demais, mediante celebração de um Protocolo ICMS.

Esse arquivo digital será composto da totalidade das informações econômico-fiscais e contábeis correspondentes ao período compreendido entre o primeiro e o último dia do mês, deverá ser gerado pelo contribuinte e entregue a EFD seguindo todas as especificações do *leiaute*.

As informações que devem constar são relativas: às entradas e saídas de mercadorias bem como aos serviços prestados e tomados, incluindo a descrição dos itens de mercadorias, produtos e serviços e, qualquer informação que repercuta no inventário físico e contábil, na apuração, no pagamento ou na cobrança de tributos de competência dos entes conveniados ou outras de interesse das administrações tributárias.

O prazo para a entrega da escrituração EFD de acordo com a Cláusula 12º do Ajuste SINIEF 2/09, deverá ser até o quinto dia do mês subsequente ao encerramento do mês da apuração, com atenção ao Parágrafo único dessa cláusula, relatando que “a administração tributária da unidade federada poderá alterar o prazo previsto no *caput*”. As regras para realização foram alteradas pelos Ajustes SINIEF, em vários momentos, desde a sua implantação, sendo que na atualidade se utiliza o Ajuste SINIEF 10/18, de 05 de julho de 2018.

---

<sup>6</sup> ICP-Brasil: significa Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira. É uma cadeia hierárquica de confiança que viabiliza a emissão de certificados digitais para identificação virtual do cidadão.

### 2.3.3.3 CT-e

O Conhecimento de Transporte Eletrônico é o novo modelo de documento fiscal eletrônico criado pelo Ajuste SINIEF 09/07 de 25 de outubro de 2007, que poderá ser utilizado pelos contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, com o intuito de poder substituir os documentos fiscais, conforme a cláusula primeira do referido Ajuste, que são:

- I - Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas, modelo 8;
- II - Conhecimento de Transporte Aquaviário de Cargas, modelo 9;
- III - Conhecimento Aéreo, modelo 10;
- IV - Conhecimento de Transporte Ferroviário de Cargas, modelo 11;
- V - Nota Fiscal de Serviço de Transporte Ferroviário de Cargas, modelo 27;
- VI - Nota Fiscal de Serviço de Transporte, modelo 7;
- VII - Conhecimento de Transporte Multimodal de Cargas – CMTC, modelo 26. (BRASIL, 2007).

O CT-e é um documento exclusivamente digital, emitido e armazenado eletronicamente, para documentar uma prestação de serviços de transportes. A validade dessa transação é garantida pela assinatura digital do emitente e a autorização de uso que é fornecida pela administração tributária do domicílio do contribuinte.

Segundo o §5º da referida SINIEF 09/07 “a obrigatoriedade de uso do CT-e por modal aplica-se a todas as prestações efetuadas por todos os estabelecimentos dos contribuintes, daquele modal...”.

O arquivo digital do CT-e deverá conter: os dados dos documentos fiscais relativos à carga transportada; ser identificado por chave de acesso composta por código numérico gerado pelo emitente, CNPJ do emitente, número e série do CT-e; ser elaborado no padrão XML; possuir numeração sequencial de 1 a 999.999.999, por estabelecimento e por série, devendo ser reiniciada quando atingido esse limite; ser assinado digitalmente pelo emitente.

A solicitação da concessão da Autorização de Uso do CT-e por contribuinte credenciado é feito pela transmissão do arquivo digital do CT-e via *Internet*, por meio de protocolo de segurança ou criptografia, com utilização de *software* característico.

Os procedimentos para uso do CT-e, foram alterados diversas vezes, sendo utilizado no período atual o Ajuste SINIEF 23/17, de 15 de dezembro de 2017.

#### 2.3.3.4 ECD

A Escrituração Contábil Digital foi instituída pelo Decreto nº6.022, de 22 de janeiro de 2007 como parte integrante do projeto SPED.

A ECD tem o objetivo de substituir a escrituração que era emitida em papel. Os livros contábeis: Livro Diário e seus auxiliares; Livro Razão e seus auxiliares e os Livros Balancetes Diários, Balanços e fichas de lançamento comprobatórias, que após a criação da ECD passaram a ter formato digital, que devem ser assinados digitalmente, pelo certificado digital emitido por entidades credenciadas, pela ICP-Brasil, em busca da autenticidade, integridade e a validação jurídica dos dados informados nessa escrituração.

Conforme o Art. 3º da Norma que institui a ECD, quem deverá apresentar essa escrituração são as pessoas jurídicas e equiparadas obrigadas a manterem a escrituração contábil nos termos da legislação comercial, inclusive as entidades imunes e isentas. E segundo o § 1º a obrigação a que se refere o *caput* não se aplica a:

I - às pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

II - aos órgãos públicos, às autarquias e às fundações públicas;

III - às pessoas jurídicas inativas, assim consideradas aquelas que não tenham realizado, durante o ano-calendário, atividade operacional, não operacional, patrimonial ou financeira, inclusive aplicação no mercado financeiro ou de capitais as quais devem cumprir as obrigações acessórias previstas na legislação específica;

IV - às pessoas jurídicas imunes e isentas que auferiram, no ano-calendário, receitas, doações, incentivos, subvenções, contribuições, auxílios, convênios e ingressos assemelhados cuja soma seja inferior a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) ou ao valor proporcional ao período a que se refere a escrituração contábil; e

V - às pessoas jurídicas tributadas com base no lucro presumido que não distribuam, a título de lucro, sem incidência do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF), parcela de lucros ou dividendos superior ao valor da base de cálculo do imposto sobre a renda, diminuída dos impostos e contribuições a que estiver sujeita. (BRASIL, 2017).

Portanto quem mantiver escrituração contábil regular e não se encaixar nas exclusões descritas no §1º da norma que institui a ECD, deverão apresentar a escrituração no formato digital.

O prazo para a entrega da ECD é até às 23h59min59s (vinte e três horas, cinquenta e nove minutos e cinquenta e nove segundos) do último dia útil do mês de maio do ano seguinte ao ano-calendário da escrituração, que deverá ser enviado ao SPED com a assinatura digital e somente será considerada válida após a confirmação do recebimento pela base da Receita Federal.

O artigo 4º do Decreto 6.022, dispõe sobre as etapas para a geração e envio dos arquivos ao SPED ECD.

Parágrafo único. O PGE dispõe das seguintes funcionalidades, a serem utilizadas no processamento da ECD:

I - criação e edição;

II - importação;

III - validação;

IV - assinatura;

V - visualização;

VI - transmissão para o Sped; e

VII - recuperação do recibo de transmissão. (BRASIL, 2017).

Para a geração do arquivo ECD é necessário a utilização do sistema de contabilidade, adequado para essa finalidade que pode ser, Alterdata, Prosoft, Domínio, dentre outros, onde a empresa irá gerar um arquivo digital no formato especificado. Tal procedimento possui diversos sinônimos: Livro Diário Digital, Escrituração Contábil Digital ou Escrituração Contábil em forma eletrônica. Os livros são autenticados pela Junta Comercial.

As empresas obrigadas a enviarem a ECD, que não cumprirem com o envio da referida escrituração, ou que por ventura apresentarem incorreções ou omissões, sofrerá a cobrança de multas previstas pelo art. 57 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 21 de agosto de 2001.

O Decreto de implantação da ECD no decorrer dos anos, sofreu diversas alterações e, por último segue as normas da Instrução Normativa RFB nº 1774, de 22 de dezembro de 2017.

### **2.3.3.5 NFS-e**

A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica é um documento de formato digital para documentar as operações de prestações de serviços, gerado e armazenado eletronicamente em Ambiente Nacional pela RFB, prefeituras ou por outra entidade conveniada.

No SPED, o projeto da NFS-e ainda está em desenvolvimento com integração da RFB e da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais - ABRASF, de acordo ao Protocolo do ENAT N° 02, de 7 dezembro de 2007, que tem por objetivo a implantação da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica ao SPED.

O projeto tem como benefício das administrações tributárias a padronização e melhora da qualidade das informações, racionalizando os custos e maior eficácia, assim

como o aumento da competitividade das empresas brasileiras pela possível simplificação das obrigações acessórias, dispensando a emissão e guarda de documentos em papel.

Para gerar a NFS-e é preciso preencher os campos com as informações enviadas pelo contribuinte e outros de suma responsabilidade do Fisco. Que uma vez gerada não pode mais ser alterada, possibilitando apenas uma única vez ser excluída ou cancelada por iniciativa do contribuinte, mantendo o vínculo entre a nota substituída e a nota nova.

No preenchimento da NFS-e deve estar contido: a identificação dos serviços de acordo com os itens da Lista de Serviços, da Lei Complementar nº116, de 2003; a informação do CNPJ do tomador para pessoa jurídica; a competência, que é o mês da ocorrência do fato gerador; a base cálculo, que é o valor total dos serviços subtraídos das deduções previstas em lei; e o valor do ISS que é definido de acordo com a natureza da operação, a opção pelo Simples Nacional, o regime especial de tributação e o ISS retido.

O cálculo do ISS é feito de forma obrigatória nas NFS-e, exceto nos casos que: a natureza da operação for tributação no município; quando a exigibilidade for suspensa por decisão judicial ou por procedimento administrativo e quando o regime especial de tributação for microempresa municipal; e por estimativa ou sociedade de profissionais.

#### **2.3.3.6 MDF-e**

O Ajuste SINIEF 21, de 10 de dezembro de 2010 instituiu o Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais. Que dispõe sobre o modelo 58, que deverá ser utilizado pelos contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e substituição ao Manifesto de Carga, modelo 25.

Segundo a Cláusula terceira do referido Ajuste SINIEF, o MDF-e deverá ser emitido:

- I - pelo contribuinte emitente de CT-e, modelo 57, de que trata o Ajuste SINIEF 09/07, de 25 de outubro de 2007; e
- II - pelo contribuinte emitente de NF-e de que trata o Ajuste SINIEF 07/05, de 30 de setembro de 2005, no transporte de bens ou mercadorias realizado em veículos próprios ou arrendados, ou mediante contratação de transportador autônomo de cargas. (BRASIL, 2010).

Deverá ser emitido o MDF-e, também, quando houver transbordo redespacho, subcontratação ou substituição do veículo, de contêiner ou inclusão de novas mercadorias ou documentos fiscais, bem como na hipótese de retenção imprevista de parte de carga transportada.

Esse é o documento emitido e armazenado eletronicamente, de existência apenas digital, para a vinculação dos documentos fiscais transportados na unidade de carga. A validade desse documento será por meio da assinatura digital do emissor e autorização de uso pelo Ambiente Autorizador.

O MDF-e, conforme a cláusula quinta do Ajuste SINIEF, deverá ser emitido com base em *leiaute* estabelecido no Manual de Integração MDF-e – Contribuinte, por meio de *software* desenvolvido ou adquirido pelo contribuinte, devendo, no mínimo:

- I - conter a identificação dos documentos fiscais relativos à carga transportada;
- II - ser identificado por chave de acesso composta por código numérico gerado pelo emitente, pelo CNPJ do emitente e pelo número e série do MDF-e;
- III - ser elaborado no padrão XML (Extended Markup Language);
- IV – REVOGADO;
- V - possuir numeração sequencial de 1 a 999.999.999, por estabelecimento e por série, devendo ser reiniciada quando atingido esse limite;
- VI - ser assinado digitalmente pelo emitente, com certificação digital realizada dentro da cadeia de certificação da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, contendo o número do CNPJ de qualquer dos estabelecimentos do contribuinte. (BRASIL, 2010).

Os arquivos serão transmitidos pela *internet* por meio de arquivos digitais, em protocolo de segurança ou criptografia, com a utilização de *software*.

O MDF-e, após todas as etapas percorridas, deverá ser encerrado com o final do percurso descrito no documento e sempre que houver transbordo, despacho, redespacho, subcontratação ou substituição do veículo, contêiner, bem como, na hipótese de retenção imprevista de parte da carga transportada ou quando houver a inclusão de novas mercadorias para a mesma UF de descarregamento, através do registro deste evento conforme disposto no Manual de Orientação do Contribuinte - MDF-e.

Desde a sua adoção o MDF-e passou por algumas modificações com diversos ajustes no decorrer do tempo, utilizando na atualidade as normas vigentes impostas pelo Ajuste SINIEF 04/18, de 3 de Abril de 2018.

### **2.3.3.7 EFD Contribuições**

Instituída pela Instrução Normativa RFB nº 1.252, de 01 de março de 2012, trata da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita (EFD-Contribuições). No formato digital, se constitui em um conjunto de escrituração de documentos fiscais e de outras operações e informações de interesse da

Secretaria da RFB, bem como, o registro de apuração das referidas contribuições, referentes às operações e prestações praticadas pelo contribuinte.

A assinatura da EFD-Contribuições deverá ser feita digitalmente por meio de certificado emitidos pelas entidades credenciadas pela ICP-Brasil, pelo representante legal da empresa ou procurador devidamente autorizado. O documento será considerado válido após a confirmação de recebimento do arquivo a base de dados do SPED EFD-Contribuições.

Conforme o Art.4º da Instrução Normativa que dispõe sobre a EFD-Contribuições estão obrigadas a adotar a escrituração:

I - em relação à Contribuição para o PIS/Pasep e à Cofins, referentes aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2012, as pessoas jurídicas sujeitas à tributação do Imposto sobre a Renda com base no Lucro Real;

II - em relação à Contribuição para o PIS/Pasep e à Cofins, referentes aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2013, as demais pessoas jurídicas sujeitas à tributação do Imposto sobre a Renda com base no Lucro Presumido ou Arbitrado;

III - em relação à Contribuição para o PIS/Pasep e à Cofins, referentes aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2014, as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º, 8º e 9º do art. 3º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, e na Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983;

IV - em relação à Contribuição Previdenciária sobre a Receita, referente aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de março de 2012, as pessoas jurídicas que desenvolvam as atividades relacionadas nos arts. 7º e 8º da Medida Provisória nº 540, de 2 de agosto de 2011, convertida na Lei nº 12.546, de 2011;

V - em relação à Contribuição Previdenciária sobre a Receita, referente aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de abril de 2012, as pessoas jurídicas que desenvolvam as demais atividades relacionadas nos arts. 7º e 8º, e no Anexo II, todos da Lei nº 12.546, de 2011. (BRASIL, 2012).

O §3º dispõe sobre a obrigatoriedade também das pessoas jurídicas imunes e isentas do IRPJ, cuja soma dos valores mensais apurados seja superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Por conseguinte, estão dispensadas da apresentação da EFD-Contribuições, segundo o art.5º da referida norma, as: Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte enquadradas no Simples Nacional; as pessoas jurídicas imunes e isentas do IRPJ, cuja a soma dos valores mensais das contribuições apuradas seja igual ou inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais); as pessoas jurídicas que se mantiveram inativas desde o início do ano-calendário ou desde a data de início de atividades, relativamente às escriturações correspondentes aos meses em que se encontravam nessa condição; os órgãos públicos; as autarquias e as fundações públicas e as pessoas jurídicas ainda não inscritas no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), desde o mês em que foram registrados

seus atos constitutivos até o mês anterior àquele em que foi efetivada a inscrição. (BRASIL, 2012).

A EFD Contribuições deverá ser enviada mensalmente, no prazo de entrega dessa obrigação, que é até às 23h59min59s (vinte e três horas, cinquenta e nove minutos e cinquenta e nove segundos) do 10º dia útil do 2º mês subsequente ao ano-calendário da escrituração.

Teve suas normas alteradas no decorrer do tempo, sendo regida atualmente pela Instrução Normativa RFB nº 1252, de 01 de março de 2012.

### **2.3.3.8 NFC-e**

A Nota Fiscal Eletrônica para Consumidor Final e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica para Consumidor Final - DANFE NFC-e, foi instituída pelo Decreto N° 29.108, em 04 de março de 2013. Trata-se de um documento de existência apenas digital, emitido e armazenado eletronicamente, para documentar as operações e prestações relativos ao imposto, em venda presencial, no varejo à consumidor final.

A NFC-e poderá ser utilizada pelos consumidores finais segundo o § 2º do decreto, em substituição dos documentos fiscais em papel, utilizados no varejo:

- I - Nota Fiscal de Venda a Consumidor, Modelo 2;
- II - Cupom Fiscal emitido por equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF);
- III – Nota Fiscal modelo 1 ou 1A;
- IV – Nota Fiscal Eletrônica, Modelo 55. (BRASIL, 2013).

A Cláusula terceira do Decreto dispõe que a NFC-e deverá ser utilizada somente em operações e prestações internas e dirigidas à consumidor final, pessoa física ou jurídica, em que não haja transporte.

A quarta cláusula dispõe que é vedado o direito a crédito de ICMS baseado em NFC-e, devendo, neste caso, ser emitida, para documentar a operação ou prestação, Nota Fiscal Modelo 1 ou 1ª ou NF-e Modelo 55, mediante prévia solicitação do contribuinte adquirente. É obrigatória a identificação do consumidor na NFC-e caso valor total da operação ou prestação seja superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), sendo de forma facultativa essa identificação nos demais casos, exceto quando o consumidor desejar.

A NFC-e deverá ser emitida seguindo as conformidades estabelecidas na Nota Técnica nº 04/2012, disponível no site da Secretaria da Fazenda, observadas as formalidades, segundo o Art.2º do decreto, que dispõe:

- I - o arquivo digital da NFC-e deverá ser elaborado no padrão XML (Extended Markup Language);
- II - a numeração da NFC-e será sequencial de 1 a 999.999.999, por estabelecimento e por série, devendo ser reiniciada quando atingido esse limite;
- III - a NFC-e deverá:
  - a) conter um código numérico gerado pelo emitente, que comporá a chave de acesso de identificação da NFC-e;
  - b) ser assinada pelo emitente, com assinatura digital, certificada por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, contendo o número de inscrição no CNPJ de qualquer dos estabelecimentos do contribuinte, a fim de garantir a autoria do documento digital. (BRASIL, 2013).

Será utilizada na emissão da NFC-e utilizando um *software* desenvolvido ou adquirido pela empresa, ou adotar séries distintas, mediante lavratura de termo no livro de Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências - RUDFTO (modelo 6).

O DANFE NFC-e trata-se de um documento fiscal auxiliar impresso em papel representando de forma simplificada a transação de venda no varejo, para permitir uma consulta ao documento fiscal eletrônico no site da Secretaria da Fazenda pelo consumidor final. Possui um leiaute regulamentado pelo documento técnico de padrões de DANFE NFC-e anexo a Nota Técnica nº04/2012.

### **2.3.3.9 ECF**

A Escrituração Contábil Fiscal foi instituída pela Instrução Normativa RFB nº1.422 de 19 de dezembro de 2013, tratando-se da escrituração que foi criada para substituir a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ. Deve ser aplicada conforme o Art. 1º da Instrução, a partir do ano-calendário de 2014, por todas as pessoas jurídicas, inclusive as equiparadas, com exceção ao que se refere o §2º, que diz:

- §2º A obrigatoriedade a que se refere este artigo não se aplica:
- I - às pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
  - II - aos órgãos públicos, às autarquias e às fundações públicas;
  - III - às pessoas jurídicas inativas, assim consideradas aquelas que não tenham efetuado qualquer atividade operacional, não operacional, patrimonial ou financeira, inclusive aplicação no mercado financeiro ou de capitais, durante todo o ano-calendário, as quais deverão cumprir as obrigações acessórias previstas na legislação específica. (BRASIL, 2018).

Vale destacar que, segundo a Instrução Normativa RFB nº 1536, de 22 de dezembro de 2014, é considerada pessoa jurídica inativa aquela que não tenha efetuado qualquer atividade operacional, não operacional, patrimonial ou financeira, inclusive aplicação no mercado financeiro ou de capitais, durante todo o ano-calendário. Ficando obrigadas a apresentarem a Declaração Simplificada da Pessoa Jurídica - DSPJ - Inativa.

Pelo pressuposto, deverá conter nos arquivos da ECF, todas as operações que influenciem a composição da base de cálculo e o valor devido do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.

Para as empresas que apresentem a ECD, existe a possibilidade da utilização dos saldos e contas para o preenchimento inicial da ECF, que por sua vez, também considera possível a importação dos saldos finais das ECF anterior.

A ECF deverá ser transmitida anualmente ao SPED até as 23h59min59s (vinte e três horas, cinquenta e nove minutos e cinquenta e nove segundos) do último dia do mês de julho do ano subsequente ao ano-calendário. O arquivo deverá ser assinado por um certificado digital emitido por entidades credenciadas pela ICP-Brasil, para a devida garantia de autenticidade, autoria, integridade e validade jurídica exigidas a esses documentos. Para empresas que tenham sido extintas por cisão parcial, cisão total, fusão ou incorporação, deverão entregar a ECF até o último dia útil do terceiro mês subsequente ao evento.

O Art. 6º descreve a punição que está sujeita a Pessoa Jurídica que não apresentarem a ECF:

Art. 6º A não apresentação da ECF pelos contribuintes que apuram o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica pela sistemática do Lucro Real, nos prazos fixados no art. 3º, ou a sua apresentação com incorreções ou omissões, acarretará a aplicação, ao infrator, das multas previstas no art. 8º-A do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, com redação dada pela Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. (BRASIL, 2014).

A ECF no decorrer dos anos passou por diversas alterações, sendo que a última e que esta vigente, foi imposta pela Instrução Normativa RFB nº 1821, de 30 de julho de 2018.

### **2.3.3.10 eSocial**

O Sistema de Escrituração Digital das obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial, foi instituído pelo Decreto Nº8.373, de 11 de dezembro de 2014.

Foi desenvolvido para a unificação de informações que irão auxiliar no cumprimento das obrigações acessórias e aprimorar as relações entre o fisco e os contribuintes. Por esse sistema os empregadores poderão informar ao Governo informações referentes aos trabalhadores, como: vínculos, contribuições previdenciárias, folha de pagamento, comunicações de acidente de trabalho, aviso prévio, escriturações fiscais e informações sobre o FGTS, de uma maneira unificada.

Dessa maneira, a transmissão eletrônica desses dados ao Ministério do Trabalho Emprego, Ministério da previdência Social, Secretaria da Receita Federal do Brasil, Instituto Nacional do Seguro Social e Conselho Curador do FGTS representado pela Caixa Econômica Federal, eliminará o envio dessas informações das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas, por meio físico e contribuirá para reduzir à burocracia enfrentada pelas empresas, possibilitando um controle específico das atividades sociais, evitando possíveis ações fraudulentas ao controle do Fisco.

As informações enviadas ao eSocial, irá substituir de forma gradual, pelos órgãos ou entidades, a obrigação de entrega das mesmas informações em outros formulários e declarações conforme o §1º do Decreto N°8.373, sendo que estão sujeitos a esse procedimento:

- I - o empregador, inclusive o doméstico, a empresa e os que forem a eles equiparados em lei;
- II - o segurado especial, inclusive em relação a trabalhadores que lhe prestem serviço;
- III - as pessoas jurídicas de direito público da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; e
- IV - as demais pessoas jurídicas e físicas que pagarem ou creditarem por si rendimentos sobre os quais tenha incidido retenção do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF, ainda que em um único mês do ano-calendário. (BRASIL, 2014).

Vale destacar, que a implantação do eSocial, supostamente, visa garantir os direitos previdenciários e trabalhistas, bem como simplificar o cumprimento das obrigações, aprimorando a qualidade das informações das relações de trabalho eliminando a redundância nas informações prestadas pelas pessoas físicas e jurídicas.

Outro fato relevante, trata-se do **eSocial Doméstico**, destinado para empregadores domésticos em geral, que foi disponibilizado aos contribuintes no ano de 2013, mas passou a ser obrigatoriedade a partir do mês de outubro de 2015.

Conforme a Lei Complementar N°150, de 1º de junho de 2015, Art. 1º, define empregado doméstico “assim considerado aquele que presta serviços de forma contínua,

subordinada, onerosa e pessoal e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas, por mais de 2 (dois) dias por semana[...]”. Dessa maneira, estão enquadradas ao módulo eSocial doméstico, todos aqueles que fizerem parte do grupo de trabalhadores especificados acima, tendo assim deveres, bem como direitos definidos pela Lei de Trabalho Doméstico.

O módulo do eSocial doméstico se destina aos empregadores domésticos que por meio de um sistema de *web* simplificado emitem ao fisco informações sobre seus empregados domésticos referentes a folha de pagamentos, encargos devidos, férias, etc., para disponibilizar à RFB e à Seguridade Social que visa substituir gradativamente o envio de diversas declarações separadas a cada órgão.

#### **2.3.3.11 e-Financeira**

A e-Financeira foi instituída pela Instrução Normativa RFB nº 1571, de 02 de julho de 2015.

É a escrituração que trata sobre a obrigatoriedade de prestação de informações relativas às operações financeiras de interesse da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB). Possui um conjunto de arquivos digitais contendo cadastro, abertura, fechamento e auxiliares pelos módulos de operações financeiras e de previdência privada.

O Art.4º da referida Instrução Normativa, dispõe sobre as pessoas jurídicas obrigadas a adotar a e-Financeira.

Art. 4º Ficam obrigadas a apresentar a e-Financeira:

I - as pessoas jurídicas:

a) autorizadas a estruturar e comercializar planos de benefícios de previdência complementar;

b) autorizadas a instituir e administrar Fundos de Aposentadoria Programada Individual (Fapi); ou

c) que tenham como atividade principal ou acessória a captação, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, incluídas as operações de consórcio, em moeda nacional ou estrangeira, ou a custódia de valor de propriedade de terceiros; e

II - as sociedades seguradoras autorizadas a estruturar e comercializar planos de seguros de pessoas. (BRASIL, 2015).

O arquivo deverá ser gerado em formato digital pelo próprio sistema, sob a responsabilidade do declarante. Será assinado por meio de certificado digitalmente e por fim transmitida ao SPED por meio de *WebService*, contendo arquivos em XML, com os *leiautes* específicos.

A entrega deverá acontecer semestralmente nos prazos que demonstra o Art.10: I - até o último dia útil do mês de fevereiro, contendo as informações relativas ao segundo semestre do ano anterior; e II - até o último dia útil do mês de agosto, contendo as informações relativas ao primeiro semestre do ano em curso. Até às 23h59min59s (vinte e três horas, cinquenta e nove minutos e cinquenta e nove segundos), do referido prazo. (BRASIL, 2015).

A e-Financeira foi alterada por algumas vezes no decorrer dos anos e hoje as regras vigentes são intituladas pela Instrução Normativa RFB nº 1835, de 03 de outubro de 2018.

### **2.3.3.12 EFD - Reinf**

A Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais foi instituída pela Instrução Normativa RFB Nº 1701, de 14 de março de 2017. Trata-se da escrituração de rendimentos pagos e retenções de Imposto de Renda, Contribuição Social do contribuinte exceto aquelas relacionadas ao trabalho e informações sobre a receita bruta para a apuração das contribuições previdenciárias substituídas.

São obrigados a enviarem a escrituração referente à EFD-Reinf, segundo o Art.2º da Instrução Normativa, os contribuintes:

- I - pessoas jurídicas que prestam e que contratam serviços realizados mediante cessão de mão de obra nos termos do art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;
- II - pessoas jurídicas responsáveis pela retenção da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- III - pessoas jurídicas optantes pelo recolhimento da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB);
- IV - produtor rural pessoa jurídica e agroindústria quando sujeitos a contribuição previdenciária substitutiva sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural nos termos do art. 25 da Lei nº 8.870, de 15 de abril de 1994, na redação dada pela Lei nº 10.256, de 9 de julho de 2001 e do art. 22A da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, inserido pela Lei nº 10.256, de 9 de julho de 2001, respectivamente;
- V - associações desportivas que mantenham equipe de futebol profissional que tenham recebido valores a título de patrocínio, licenciamento de uso de marcas e símbolos, publicidade, propaganda e transmissão de espetáculos desportivos;
- VI - empresa ou entidade patrocinadora que tenha destinado recursos a associação desportiva que mantenha equipe de futebol profissional a título de patrocínio, licenciamento de uso de marcas e símbolos, publicidade, propaganda e transmissão de espetáculos desportivos;
- VII - entidades promotoras de eventos desportivos realizados em território nacional, em qualquer modalidade desportiva, dos quais participe ao menos 1 (uma) associação desportiva que mantenha equipe de futebol profissional; e

VIII - pessoas jurídicas e físicas que pagaram ou creditaram rendimentos sobre os quais haja retenção do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF), por si ou como representantes de terceiros. (BRASIL, 2017).

O prazo para o envio das informações da EFD-Reinf ao SPED será mensalmente até o dia 15 do mês subsequente ao qual se refira a escrituração, com uma atenção especial ao “Parágrafo único. As entidades promotoras de espetáculos desportivos a que se refere o inciso VII do art. 2º deverão transmitir ao Sped as informações relacionadas ao evento no prazo de até 2 (dois) dias úteis após a sua realização” (BRASIL, 2017).

Tem como funcionalidade, junto ao eSocial, de abrir um espaço para substituir as informações solicitadas em outras obrigações acessórias, tais como a GFIP, a DIRF e também obrigações acessórias instituídas por outros órgãos de governo como a RAIS e o CAGED.

O arquivo digital será transmitido ao SPED, e só será validado após a confirmação de recebimento e validação do conteúdo dos arquivos que a contém.

A EFD-Reinf foi alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1767, de 14 de dezembro de 2017, vigente até o período atual.

#### **2.3.4 Certificado Digital**

Em função do SPED surgiu a obrigatoriedade da assinatura digital, para assegurar a validade jurídica, a confiabilidade das informações bem como a veracidade delas.

O certificado digital pode ser definido segundo Azevedo e Mariano (2009, p.55) “é a tecnologia que provê os mecanismos de segurança capazes de garantir autenticidade, confidencialidade e integridade às informações eletrônicas das mensagens e documentos trocados na *internet*”.

Com o certificado é possível identificar a autoria nas operações realizadas pelo SPED via *internet*, pois é possível identificar o autor de uma transação ou mensagem, mantendo os dados protegidos da visualização por pessoas que não são autorizadas.

O certificado digital contém os dados do contribuinte que podem ser emitidos por pessoa física ou jurídica, e são informados o nome e endereço de *e-mail*, um número público exclusivo “chave pública”, a validade da chave pública, o nome da empresa que emitiu o certificado digital, o número de série e a assinatura digital da Autoridade Certificadora, sendo esses, dados que mostram informações pessoais aos sistemas de informação computadorizados.

Esses certificados são emitidos de acordo com normas da ICP-Brasil, que trata de uma conjunto de entidades credenciadas e autorizadas a emitir os certificados, denominadas como Autoridade Certificadora. Dentre as diversas autoridades certificadoras, temos: Serpro, Caixa Econômica Federal, Serasa, Secretaria da Receita Federal do Brasil, Certisign, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo - IMESP, Autoridade Certificadora da Justiça - JUS e a Autoridade Certificadora da Presidência da República.

### **2.3.5 Benefícios e desvantagens do SPED**

O processo de implantação do SPED, possivelmente, gerou uma série de vantagens ou benefícios, mas também, desvantagens, sem contudo deixar de dizer que, como se trata de obrigatoriedade, as empresas e entidades envolvidas devem estar suficiente capacitadas para trabalhar em seus módulos.

Como benefícios, pode ser elencados processos, tais como: modernização do fazer contábil. A modernização das operações contábeis só foi possível por conta da padronização das informações solicitadas, que antes eram feitas por metodologias diferentes, pelos Governos Federal, Estadual e Municipal. Após essa compilação de formas de associar as informações foi possível apresentar um padrão para o compartilhamento das informações das entidades.

Outro benefício, diz respeito a eficácia na fiscalização com ações coordenadas e uma maior possibilidade de intercâmbio de informações fiscais entre as diversas esferas governamentais. E como o compartilhamento das informações é feito por meio de arquivos digitais enviados ao SPED e mantidos no banco de dados da RFB, é, compartilhado entre as esferas do governo, em tempo hábil, fazendo com que a fiscalização seja feita de maneira mais rápida e dinâmica, promovendo uma atuação integrada dos fiscos, fazendo com que, sejam identificados mais rapidamente possíveis ilícitos tributários.

Como benefícios para o contribuinte está a redução na quantidade de obrigações acessórias a serem entregues ao governo, através da racionalização e uniformização das obrigações. Através do SPED foi possível diminuir a quantidade de obrigações sem a diminuição da qualidade das informações requeridas, pois com o cruzamento de dados foi possível uma compilação das diversas obrigações em outras, reduzindo a quantidade sem alterar a qualidade das informações.

Como benefício para o meio ambiente, pode-se enquadrar a redução do uso do papel, já que com a implantação do SPED, foi possível a dispensa na emissão e guarda de documentos em papel.

Ao contrário do que se descreveu como benefícios, houve nas empresas uma dificuldade operacional na implantação dos módulos do SPED, foi preciso uma adaptação aos projetos, investimentos em maquinários, *hardware* e *software*, e, também foi preciso aplicar treinamento aos colaboradores, direcionado ao uso dos sistemas para alimentar com as informações corretas aos módulos, fato que demandou significativos investimentos por parte das empresas e usuários do SPED, como os escritórios de Contabilidade. Em alguns casos, foi necessário, também, a contratação de pessoal, para suprir a demanda exigida pela implantação, e cumprimento dos prazos.

Tais situações descritas, no entanto, trata-se de especulações advindas de conversas informais mantidas com usuários do sistema, que irão ser melhor detalhadas com o resultado final da pesquisa.

### **2.3.6 Atuação do Contador na implantação do SPED**

Assim como os cidadãos possuem direitos, eles devem observar, também, os seus deveres principalmente quando organizados em uma profissão, como a de contador. Esses deveres estão elencados no código de ética profissional do contador - CEPC, abaixo transcritos. São eles que irão executar o controle e manutenção das rotinas contábeis e empresariais, com objetivo de preparar informações necessárias ao envio dos arquivos ao Sistema Público de Escrituração Digital, com a devida descrição exigida pela profissão.

Os profissionais contábeis são considerados pela RFB, como parceiros que faz “a ponte” da relação entre contribuintes e o fisco, e, vice versa. Trata-se de profissional responsável, que age com ética e conhecimento necessários para a prestação de informações econômico-financeiras para o fisco, e, também no levantamento de informações para a tomada de decisões pelos gestores de empresas, buscando estar sempre atualizado para atender as necessidades do mercado empresarial e do trabalho, que está cada vez mais, exigindo conhecimentos tecnológicos e capacitação constante.

O Código de Ética Profissional do Contador (CEPC) estabelece as normas de relacionamento Profissional da Contabilidade com a sociedade e com o próprio grupo profissional.

No capítulo II do Código de Ética, no art.2º apresenta os deveres e as proibições do Profissional da Contabilidade, são eles:

I – exercer a profissão com zelo, diligência, honestidade e capacidade técnica, observada toda a legislação vigente, em especial aos Princípios de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade, e resguardados os interesses de seus clientes e/ou empregadores, sem prejuízo da dignidade e independência profissionais;

(Redação alterada pela Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010);

II – guardar sigilo sobre o que souber em razão do exercício profissional lícito, inclusive no âmbito do serviço público, ressalvados os casos previstos em lei ou quando solicitado por autoridades competentes, entre estas os Conselhos Regionais de Contabilidade;

III – zelar pela sua competência exclusiva na orientação técnica dos serviços a seu cargo;

IV – comunicar, desde logo, ao cliente ou empregador, em documento reservado, eventual circunstância adversa que possa influir na decisão daquele que lhe formular consulta ou lhe confiar trabalho, estendendo-se a obrigação a sócios e executores;

V – inteirar-se de todas as circunstâncias, antes de emitir opinião sobre qualquer caso;

VI – renunciar às funções que exerce, logo que se positive falta de confiança por parte do cliente ou empregador, a quem deverá notificar com trinta dias de antecedência, zelando, contudo, para que os interesses dos mesmos não sejam prejudicados, evitando declarações públicas sobre os motivos da renúncia;

VII – se substituído em suas funções, informar ao substituto sobre fatos que devam chegar ao conhecimento desse, a fim de habilitá-lo para o bom desempenho das funções a serem exercidas;

VIII – manifestar, a qualquer tempo, a existência de impedimento para o exercício da profissão;

IX – ser solidário com os movimentos de defesa da dignidade profissional, seja propugnando por remuneração condigna, seja zelando por condições de trabalho compatíveis com o exercício ético-profissional da Contabilidade e seu aprimoramento técnico;

X – cumprir os Programas Obrigatórios de Educação Continuada estabelecidos pelo CFC; (Criado pelo Art. 5º, da Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010);

XI – comunicar, ao CRC, a mudança de seu domicílio ou endereço e da organização contábil de sua responsabilidade, bem como a ocorrência de outros fatos necessários ao controle e fiscalização profissional. (Criado pelo Art. 6º, da Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010);

XII – auxiliar a fiscalização do exercício profissional. (Criado pelo Art. 7º, da Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010) (BRASIL, 2010).

A partir das referências à profissão e a conduta que o Contador deve ter para cumprimento da sua rotina, percebe-se a importância desse profissional na eficácia da gestão tributária dos contribuintes, com ênfase para a responsabilidade de orientar seus clientes sobre as declarações impostas pelo governo e de enviar as declarações de acordo com as normas e legislações exigidas pela RFB.

Vale destacar, que os profissionais entrevistados participantes desta pesquisa, conforme se denota pelas respostas obtidas, buscaram capacitação em SPED, atualização dos fazeres contábeis, bem como, observância aos manuais de orientações dos módulos

para acompanhar e cumprir, em tempo hábil, as exigências advindas com a implantação do SPED.

### 3 METODOLOGIA

Para que a pesquisa seja considerada um trabalho científico é necessário que possua metodologia aplicada. Segundo Gil (2002, p. 162) é nessa parte que “descrevem-se os procedimentos a serem seguidos na realização da pesquisa”, pois é através da metodologia que se expõe o estudo que se pratica, os caminhos que foram percorridos para que se possa alcançar ou não, os resultados esperados em uma pesquisa.

Nesse contexto, a metodologia contábil segundo Sá e Sá (2005, p.310) é “o ato de dirigir o estudo contábil na investigação das verdades de nossa ciência”, e, para tanto a metodologia utilizada buscou compilar os objetivos com os resultados obtidos com a aplicação dos métodos e técnicas.

No propósito de responder as questões fundamentais dessa pesquisa foi utilizada uma abordagem quantitativa, pois teve cunho de analisar os objetivos da pesquisa, construídos em função da implantação do SPED no município definido, permitindo que fossem descritos e interpretados isoladamente através da coleta e análise dos dados. De acordo com Menezes e Silva (2005, p.20), esta abordagem “considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las”. Desse modo, para se obter as informações, a pesquisadora utilizou um questionário do tipo semiestruturado para analisar e descrever, quais foram os impactos ocasionados com a Implantação do Sistema Público de Escrituração Digital nas Contabilidades do município de Oliveira dos Brejinhos - BA.

O método científico que constitui o pensamento que levou às conclusões dessa pesquisa foi o indutivo, pois a partir dos dados analisados a pesquisadora refletiu sobre o conteúdo coletado e chegou a uma determinada conclusão. Segundo Silva (2010, p.33), “a indução parte de registros menos gerais para enunciados gerais. Podemos tomar como exemplo a Classificação da Contabilidade como ciência social”. Ou seja, parte-se de inferências particulares feitas pelos diversos doutrinadores que construiu o pensamento contábil, para compreensão da importância do uso, desta ciência, para o progresso da sociedade. Como referência à pesquisa realizada, parte-se do particular que foi o processo de implantação do SPED em empresas de contabilidades do município de Oliveira dos Brejinhos, para uma tentativa de compreensão geral dos seus efeitos.

Quanto aos objetos da pesquisa foram relacionados de cunho descritivo, visto que demonstrou a compreensão do “porquê” dos dados obtidos através da problematização, pois a pesquisa é referente aos impactos positivos e/ou negativos que os escritórios de Contabilidade obtiveram com a implantação do SPED. Se houve uma melhora em relação ao tempo de execução das atividades, diminuição das fiscalizações, e, desempenho profícuo nos processos contábeis empregados pela entidade. Para Gil (2007, p.42) “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”, e nesse contexto, buscou-se uma interpretação descritiva dos dados para que foram obtidos através de questionário fechado as percepções dos profissionais contábeis do município sobre o tema.

O procedimento de pesquisa utilizado foi o de levantamento, conhecido também como *survey*, aplicado aos contadores das três empresas contábeis em Oliveira dos Brejinhos - BA. Conforme salienta Gil (2007, p.50) “as pesquisas deste tipo caracterizam-se pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer”. A escolha pelo questionário, conforme modelo anexado no apêndice **B** foi feita pelo fato de melhor verificar e atender aos objetivos da pesquisa, para proporcionar maior direcionamento aos colaboradores da pesquisa para se obter as informações pretendidas.

Gil (2010), ainda, comenta que se trata de:

[...] interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se à solicitação de informações de um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado, para em seguida, mediante análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados (GIL, 2010, p. 35).

Para a coleta de dados foi utilizado o questionário fechado, semiestruturado, para melhor atender aos objetivos da pesquisa. Beuren (2003, p. 130) “o questionário é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante, sem a presença do pesquisador”. Foi utilizado um questionário desenvolvido pelo *Google* formulários e enviado digitalmente aos respondentes. A escolha dessa opção se deu por ser uma forma válida de obter respostas para esta pesquisa.

Quanto ao universo da pesquisa constituiu-se um total de 3 (três) contabilidades, sendo 3 (três) contadores responsáveis por essas empresas. A amostra escolhida para esta

pesquisa foi, do tipo, por conveniência, por se tratar de uma amostra em que se escolhe segundo as conveniências da pesquisadora. Esse processo se deu pela facilidade de acesso da pesquisadora à cidade e às Contabilidades. A escolha da cidade foi feita por ser a cidade natal da pesquisadora, e conter três contabilidades, caracterizando um universo pequeno, em número, mas total para o processamento da investigação. Além disso, a pesquisadora “acha” que o processo de implantação do SPED em Oliveira dos Brejinhos foi mais difícil, sobretudo por se tratar de cidade pequena e longe dos grandes centros de apoio, a saber: Secretarias da Fazenda Estaduais e Municipais, Receita Federal do Brasil, Juntas Comerciais Estaduais, dentre outros usuários, e, por isso mesmo essa investigação, além de inédita, servirá de parâmetro para compreensão dos fatos acontecidos.

Dessa forma, o presente estudo foi realizado em 3 (três) contabilidades da cidade de Oliveira dos Brejinhos - BA. Vale salientar que há uma autorização para análise e divulgações dos dados empresariais das participantes, devidamente assinadas conforme o apêndice A, nele consta, o pedido para a aplicação do questionário, análise de dados e divulgação dos resultados, sempre considerando o aspecto ético, contudo, não foi autorizada a divulgação dos nomes das Contabilidades, e, então elas foram denominadas como “empresa A”, “empresa B” e “empresa C”.

Para garantir a confiabilidade da investigação científica sobre o tema estudado, foram realizadas revisões bibliográficas com utilização de livros, manuais, artigos, dissertações, *sites* oficiais e leis para o esclarecimento sobre o tema abordado, ou seja, o SPED, tal como salienta Gil (2002, p.44) “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, fato que se tende a ampliar as discussões sobre uma pesquisa permitindo a pesquisadora uma cobertura de fenômenos muito mais ampla do que os pesquisados diretamente.

O tempo de referência desta pesquisa se restringiu aos anos de 2007 até 2018, sendo que em 2007 deu-se início ao projeto SPED e desde então, foram sendo introduzidos novos módulos do SPED. Em 2018 ainda tramita o processo do projeto da NFS-e, e, então essa pesquisa se restringiu aos 11 (onze) módulos já implantados e 1 (um) em processo de implantação, até os dias atuais.

#### **4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS**

A seguir serão expostos os resultados da pesquisa, que, conforme comentado anteriormente, foi desenvolvido em contabilidades da cidade de Oliveira dos Brejinhos -

BA, de modo a possibilitar a análise dos dados referentes aos impactos da implantação do SPED em contabilidades do referido município.

A análise dos dados foi realizada por meio do programa *excel*, em apoio ao questionário criado no *Google* formulários, bem como, a construção de gráficos e tabelas com os dados encontrados nos questionários aplicados aos colaboradores das contabilidades de Oliveira dos Brejinhos.

O questionário foi composto de três etapas, contendo: a caracterização da empresa, a implantação do SPED, e a relevância dos clientes à implantação, sobre a ótica dos profissionais de Contabilidade, questionados. Foram no total 32 (trinta e duas) perguntas de múltipla escolha e respostas curtas referentes ao tema.

Quanto a amostra percebe-se, com base nas respostas ao questionário, que dos 3 (três) escritórios existentes no município, dois possuem clientes que fazem uso do SPED, enquanto que um deles só trabalha com empresas que não fazem uso do SPED, ainda, por não estarem obrigadas, a saber, as empresas do Simples Nacional, mas no entanto, em alguns momentos opinou sobre o assunto.

Pelo exposto, foram questionados três contabilidades que, diretamente ou indiretamente atuem com as ferramentas do SPED, e, todos os três questionários foram respondidos, resultando um índice de retorno de 100% (cem por cento) na data prevista, por isso, considerado um número válido visto que fora atendido em mais de 50% (cinquenta por cento) o seu retorno, constituindo-se em bom parâmetro para análises.

#### **4.1 MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DOS BREJINHOS**

O município foi fundado antes dos anos 1800, como Arraial dos Brejos, e iniciou com a chegada dos povos da família Coimbra comandadas por Victoria. Em apenas cinco anos da sua chegada, esses povos já reuniam seis famílias e 56 membros, essas famílias sobreviviam na época com a produção de melaço, rapadura, farinha de mandioca, plantando grãos em sistema de mutirão e irrigando lavouras de canas de açúcar, possuindo em suas casas um tear. A produção era para atender as necessidades da comunidade, bem como, dos viajantes que por lá passavam. Após a morte de Victoria, Brejos passou a ser comandado por seu filho Tomé Teixeira Torres.

No final da década de sessenta com a morte de Tomé, vítima de tuberculose, a cidade passa a ter um novo comando, sua esposa Úrsula Teixeira Leite, passando a ser chamada de Brejo Grande, foi quando a comunidade foi surpreendida por uma epidemia das bexigas pretas (varíola), doença que em pouco mais de duas décadas contagiou parte

da população e quase dizimou toda ela, inclusive a própria Úrsula. Depois disso o cargo de chefia da cidade foi passada por várias gerações dessa família até a chegada do capitão Jose Manoel Teixeira Leite, retornando as suas origens após concluir os estudos em Portugal. Brejo Grande estagnou-se depois da peste. Somente voltando a se reerguer com o início do século XIX, com a chegada das famílias Nunes, Reis, Ramos, Cunha e Almeida, que com o passar do tempo se tornaram comerciantes, devido ao movimento de tropas para a Chapada Diamantina, prosperando a produção agrícola.

Sobre o comando de Jose Manoel em 1891, por força do ato 405, o lugar passou a se chamar Vila da Oliveira do Brejinho, pertencente ao município de Brotas de Macaúbas. Em 1907, o comando da cidade, por meio de votação, foi destinado ao capitão Daniel Teixeira Leite, com 485 votos, e com total participação da população acrescentou a letra “S” no nome da cidade, passando a ser chamada de Oliveira dos Brejinhos. Ainda sobre o comando de Daniel, passa a condição de município conforme a divisão administrativa de 1.711, aparece com dois distritos: o da sede e o segundo distrito firmado pelo decreto 7.455 de 23 de junho de 1931, que por força do município de Brotas foi instalada na vila uma subprefeitura, antecipando a era do estado novo.

Oliveira dos Brejinhos se limita com a cidade de Paratinga, Ibotirama, Brotas de Macaúbas, Boquira, etc.

**Figura 1** - Mapa de Oliveira dos Brejinhos



**Fonte:** Compilação da *Internet* (2018) - Organização Própria.

Situa-se a 414 km da cidade de Vitória da Conquista, a 606 km da capital Baiana, Salvador e a 293km de Barreiras. A cidade não possui base da Receita Federal do Brasil, sendo o polo mais perto Barreiras, onde os Contadores da região buscam o apoio necessário para as suas demandas.

Pertencente a microrregião geográfica de Boquira estabelecidos em meados dos anos 90 pelo IBGE é composta por onze municípios, são eles: Boquira, Botuporã, Brotas de Macaúbas, Caturama, Ibipitanga, Ibitiara, Ipupiara, Macaúbas, Novo Horizonte, Oliveira dos Brejinhos e Tanque Novo.

O processo histórico e político de emancipação dessa região também obedeceram à lógica do desenvolvimento econômico e comercial (mineração, agricultura e pecuária). O município localiza-se na região econômica do território de identidade Chapada Diamantina e se situa entre 8° 30' a 18° 30' de latitude sul e 37° 30' a 46° 30' de longitude oeste. Tem clima predominante semiárido apresentando algumas vegetações. As chuvas se concentram de novembro a janeiro e a pluviosidade média anual oscila conferindo a área a possibilidade de desenvolver uma agricultura regular, pastagem natural e plantada silvicultura e extrativismo mineral.

O município Oliveira dos Brejinhos é composto pelos povoados: Riacho Frio, Chapada do Arroz, Arraial, Murzela, São Bento, Manoel Gomes, Tapera, Olhos D'água, Chapada de Cima, Veredas, Itaçara, e das localidades: Riacho de Areia, Curralinho, Riachinho, Buraco D'água, Água Quente, Cercado, Malhada Grande, Jose Nunes, Porteira, Palmeira, Sitio São Jose, São Felipe, Poço, Unha de Gato, Carrapato, Lagoa da Criôla, Coité, Melancias, Ipuçaba, Lagoa Grande, etc.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a população estimada em 2018 da cidade de Oliveira dos Brejinhos é de 21.831 pessoas, que são chamados de brejinhenses. Com o PIB per capita na casa dos R\$ 6.571,12.

#### **4.2 PERFIL DAS EMPRESAS DE CONTABILIDADES DO MUNICÍPIO**

Na cidade de Oliveira dos Brejinhos - BA por se tratar de um município com pouco mais de 21.000 habitantes, onde os segmentos econômicos não são muito desenvolvidos, possui apenas três contabilidades ativas, que abrange empresas do município e seus povoados.

A primeira empresa de Contabilidade que surgiu na cidade foi a Oliveira Contabilidade EIRELI, que deu início as suas atividades em 25 de janeiro de 2005,

inscrita sob o CNPJ: 07.192.774/0001-00 com o nome fantasia Oliveira Contabilidade, está situada na Praça João Nery de Santana, 71, Centro de Oliveira dos Brejinhos. Tem como proprietário o **Contador Carlos Alberto Quinteiro Portela**. Os ramos de atuação são: Contabilidade Comercial, Contabilidade Fiscal, Contabilidade Pública, Contabilidade Trabalhista. Possui de 5 a 10 colaboradores, que buscam atender a demanda dos clientes referentes aos serviços ofertados, que são: Assessoria, Declaração IRPF, Declaração IRPJ, Escrita Contábil, Escrita Fiscal, Planejamento Tributário e Cálculos Trabalhistas.

A segunda empresa a surgir na cidade foi a Quality Serviços e Comércio LTDA, com o nome fantasia Quality Serviços e Comércio, deu início às atividades em 14 de outubro de 2009, inscrita no CNPJ: 11.249.473/0001-43. Está situada na Rua Alfredo Alves de Brito, s/n, centro de Oliveira dos Brejinhos. Tem por responsável, o **Contador Edson Leandro Cunha de Araujo**. Os ramos da empresa são: Contabilidade Comercial, Contabilidade Fiscal e Contabilidade Trabalhista. A empresa possui menos de 5 colaboradores, que atuam nos serviços ofertados: Assessoria, Declaração IRPF, Declaração IRPJ, Escrita Contábil, Escrita Fiscal e Cálculos Trabalhistas.

A terceira empresa é a IBM Consultoria & Assessoria Contábil, que deu início às atividades em 06 de março de 2009, inscrita no CNPJ: 10.676.582/0001-84. Situada na Rua Rosalvo de Novais, s/n, Andar 01, centro, Oliveira dos Brejinhos. Responde pela empresa o **Contador Inoilson Barbosa de Melo**. A empresa trabalha no ramo de: Contabilidade Comercial, Contabilidade Fiscal e Contabilidade Trabalhista. Possui menos de 5 colaboradores, onde exercem os serviços de: Assessoria, Declaração IRPF, Declaração IRPJ, Escrita Contábil, Escrita Fiscal, Planejamento Tributário e Cálculos Trabalhistas.

No decorrer da análise dos dados dessa pesquisa as empresas serão chamadas de: Empresa A, Empresa B e Empresa C, não sequenciada, para que aja discrição nos dados informados.

#### **4.3 PERFIL DOS CLIENTES DAS CONTABILIDADES DO MUNICÍPIO**

Pretende-se com esse tópico analisar o perfil dos clientes das empresas contábeis participantes dessa pesquisa.

Os clientes das contabilidades em questão são empresas de pequeno e médio porte, dos ramos, comerciais, industriais e serviços, pertencentes aos regimes tributários: Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real.

Por Simples Nacional entende-se por um regime tributário diferenciado, simplificado e favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Esta Lei estabelece as normas gerais sobre o tratamento diferenciado e favorecido a ser utilizado nas micro e pequenas empresas, conforme traz o Art. 1º, que diz:

- I – à apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias;
- II – ao cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias, inclusive obrigações acessórias;
- III – ao acesso a crédito e ao mercado, inclusive quanto à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, à tecnologia, ao associativismo e às regras de inclusão;
- IV - ao cadastro nacional único de contribuintes a que se refere o inciso IV do parágrafo único do art. 146, in fine, da Constituição Federal. (BRASIL, 2006).

As características principais do Simples Nacional são: ser facultativo; ser irretratável para todo o ano-calendário; abrange os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins, IPI, ICMS, ISS e a Contribuição para a Seguridade Social destinada à Previdência Social a cargo da pessoa jurídica (CPP); recolhimento dos tributos abrangidos mediante documento único de arrecadação - DAS; apresentação de declaração única e simplificada de informações socioeconômicas e fiscais; prazo para recolhimento do DAS até o dia 20 do mês subsequente àquele em que houver sido auferida a receita bruta, conforme informação obtida no portal do Simples Nacional.

O Lucro Presumido é o regime tributário que determina a base de cálculo do IRPJ e da CSLL das pessoas jurídicas, com base em percentuais de presunção do lucro, fornecido pela legislação e aplicados sobre a receita operacional bruta. “É uma forma simplificada de apuração da base de cálculo dos tributos com o Imposto de Renda e Contribuição Social, restrita aos contribuintes que não estão obrigados ao regime de apuração com base no lucro real [...]” (OLIVEIRA, et.al. 2011, p.180).

A porcentagem da CSLL é de 12% para: as atividades comerciais industriais, serviços hospitalares e transporte e de 32% para prestação de serviços em geral (exceto serviços hospitalares e transporte), intermediação de negócios e administração, locação ou cessão de bens imóveis, móveis e direitos de qualquer natureza. E para o IRPJ, os percentuais são de: 1,6% para revenda de combustíveis e gás natural; 8% para venda de mercadorias ou produtos, transporte de cargas, atividades imobiliárias, serviços hospitalares, atividade rural, industrialização com materiais fornecidos pelo

encomendante, e outras atividades não especificadas; de 16% para serviços de transporte (exceto o de cargas) e serviços gerais com receita bruta até R\$ 120.000/ano; 32% para serviços profissionais (médicos, dentistas, advogados, contadores, etc.), serviços de construção civil e serviços em geral em que não aja previsão de percentual específico.

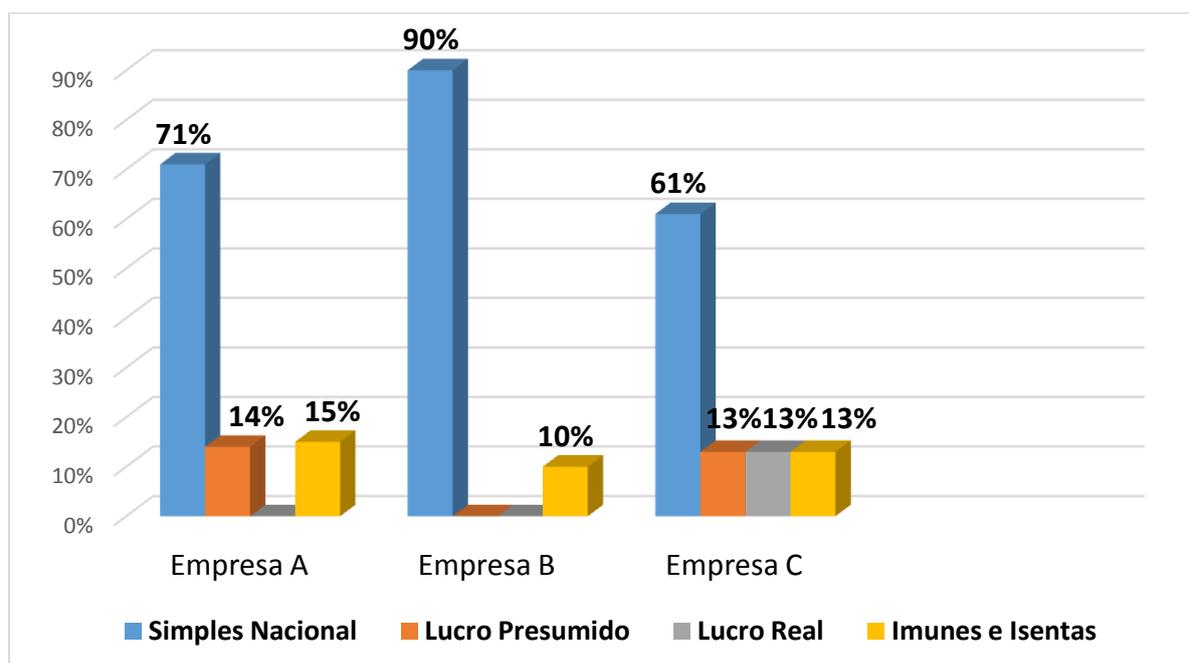
O Lucro Real é o resultado líquido obtido na escrituração comercial, apurado trimestralmente ou anual, antes do IRPJ e CSLL, transcrito no livro LALUR e ajustado pelas adições, exclusões e compensações autorizadas pela legislação do Imposto de Renda. Oliveira *et.al* (2011) infere sobre o Lucro Real, dizendo que:

Contabilmente falando, pode-se concluir que o lucro real é aquele *realmente* apurado pela contabilidade, com base na completa escrituração contábil fiscal, com a estrita e rigorosa observância dos princípios de contabilidade e demais normas fiscais e comerciais. (OLIVEIRA, et.al. 2011, p.170).

A apuração do lucro real trimestral deverá ser calculada com base no lucro trimestral determinada pelos períodos de apurações encerrados em 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro. O IRPJ nesse cálculo trimestral será sobre a aplicação da alíquota normal de 15% sobre o total do lucro real apurado, tendo ainda o adicional de 10% sobre o valor do lucro que exceder o limite de 60.000,00 por trimestre. As empresas que optarem pelo lucro real anual poderão, para não apurar trimestralmente, efetuar o recolhimento dos impostos mensalmente com base em estimativas, e, não poderão mudar de base de tributação, indo para o lucro presumido, por exemplo, no mesmo exercício comercial ou fiscal.

Neste sentido, a Empresa A possui de 60 à 80 empresas em sua carteira de clientes sendo que 71% do simples nacional, 15% imunes e isentas e 14% lucro presumido.

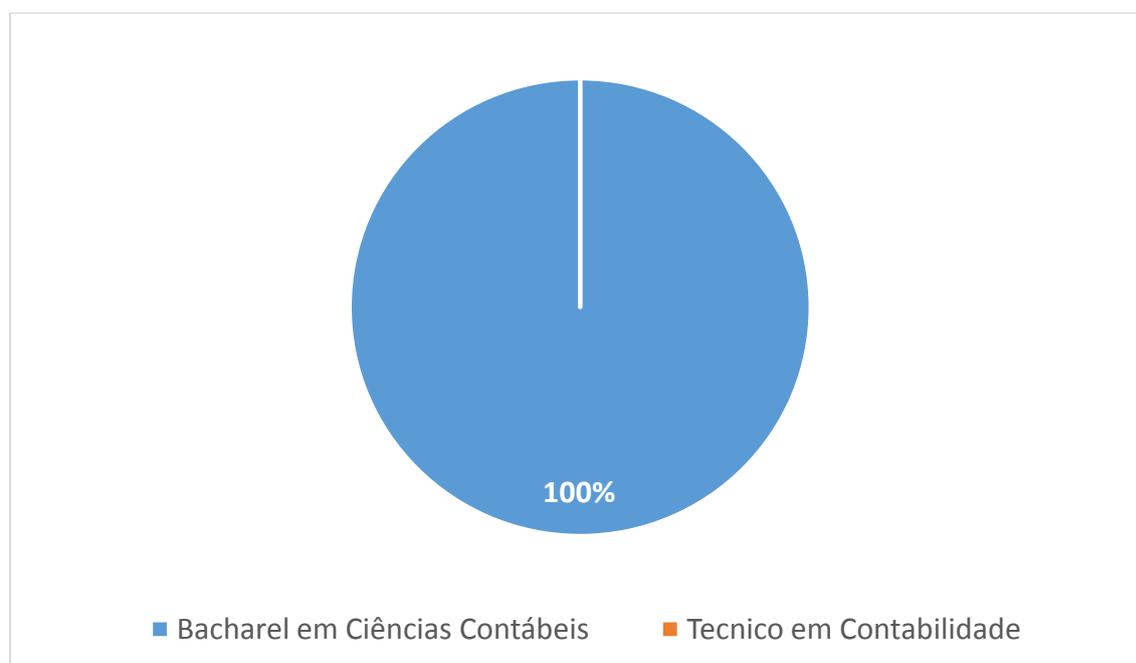
A Empresa B possui de 80 à 100 clientes, sendo 90% do simples nacional e 10% imunes e isentas, enquanto que a Empresa C, possui de 60 à 80 clientes, sendo 61% simples nacional, 13% imunes e isentas, 13% lucro real e 13% lucro presumido, conforme se demonstra no gráfico abaixo:

**Gráfico 1** – Tributação das empresas

Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria (2018).

#### 4.4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A seguir serão sistematizados a análise dos dados coletados, conforme as demandas dos objetivos.

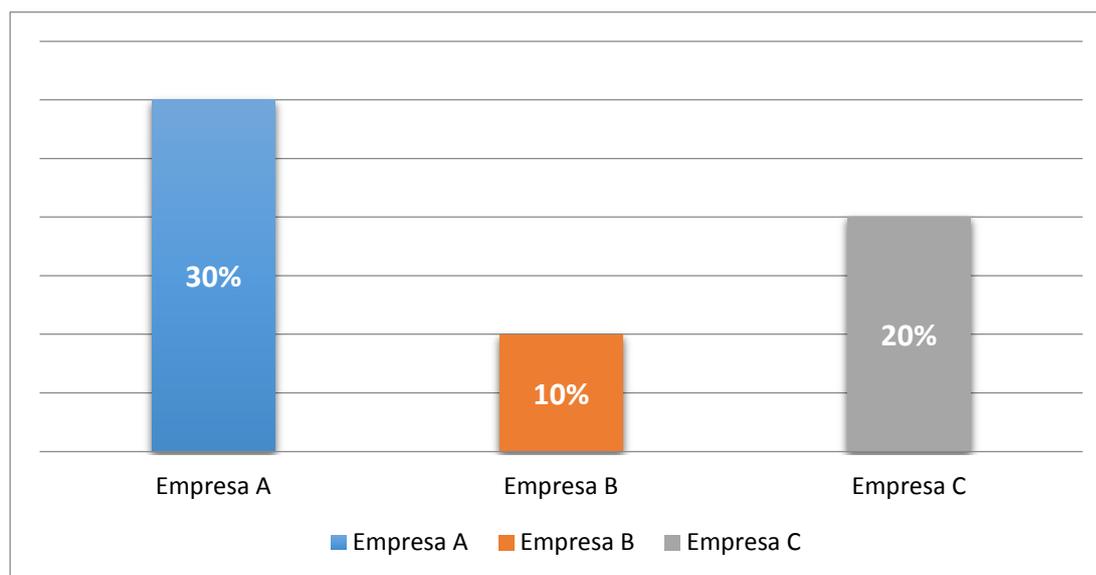
**Gráfico 2** – Graduação dos responsáveis pelas Contabilidades

Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria (2018).

Através dos dados coletados, analisados e sistematizados no **gráfico 2**, nota-se que todos os 3 (três) gestores das empresas pesquisadas são graduados no curso de Ciências Contábeis.

No **gráfico 3** estão demonstrados por empresa, a quantidade dos clientes que estão obrigados a atenderem as exigências do SPED.

**Gráfico 3** - Quantidades de empresas obrigadas a atenderem às exigências do SPED.



Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria (2018).

Pelas informações colhidas e sistematizadas com o **gráfico 3**, observa-se que cerca de 30% dos clientes da **Empresa A**, a saber 15% imunes e isentas e 14% lucro presumido, estão dentro da obrigatoriedade da utilização do SPED. Na **Empresa B**, embora o respondente tenha marcado a opção de não utilizar o SPED pelo fato de 90% de seus clientes serem do simples nacional, os 10% restantes que são imunes e isentas já fazem o uso do SPED, conforme exposição da **tabela 1**. Este fato infere que o respondente, talvez, não tivesse entendido a pergunta, pois, as empresas imunes e isentas utilizam a ECF, ECD e eSocial. Quanto a **Empresa C**, 39% de seus clientes, ou seja, 13% imunes e isentas, 13% lucro real e 13% lucro presumido, utilizam do SPED.

Foi perguntado aos gestores das empresas, quais os módulos do SPED que eles utilizam nas atividades dos seus clientes. Segundo as informações prestadas, segue a **tabela 1**, com as descrições por empresa.

**Tabela 1** - Módulos do SPED utilizados pelas empresas.

<b>MODULOS SPED</b>	<b>EMPRESA A</b>	<b>EMPRESA B</b>	<b>EMPRESA C</b>
Conhecimento de Transporte - CT-e	X		
e-Financeira			
Escrituração Contábil Fiscal - ECF	X		X
Escrituração Contábil Digital - ECD			X
Escrituração Fiscal Digital/Contribuições - EFD Contribuições	X		X
Escrituração Fiscal Digital de Retenção e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf)			
Escrituração Fiscal Digital Social - eSocial	X	X	
Escrituração Fiscal Digital/ICMS/PIS - EFD ICMS/IPI	X		
Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais - MDF-e	X		
Nota Fiscal Eletrônica - NF-e	X	X	X
Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica - NFC-e	X		X
Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e	X	X	

Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria (2018).

Em conclusão, desse tópico, observa-se que dos 12 (doze) módulos ativos do SPED 10 (dez) são utilizados pelas empresas contábeis do município de Oliveira dos Brejinhos. Vale ressaltar que essa escolha é sempre feita de acordo com a forma de tributação das empresas, através do enquadramento segundo a legislação.

Neste aspecto, importante comentar que a implantação do SPED nas empresas é visto, também, como facilitador de possíveis fiscalizações para coibir a prática da sonegação fiscal, que se torna nocivo, para os investimentos públicos, por meio do cruzamento de dados, e a unificação de obrigações em módulos, evitando o dispêndio de tempo, dinheiro e informações desnecessárias, ou, em excesso, já que, esses módulos são divididos de acordo com a necessidade de cada empresa, e de informações por setores distintos.

Quanto ao grau de dificuldade verificado com a implantação do SPED, os responsáveis que responderam o questionário, deram notas entre 0 (zero) e 10 (dez), onde 0 se relacionava a nenhuma dificuldade e 10 a bastante dificuldade, como mostra a **tabela 2** a seguir:

**Tabela 2** - Grau de dificuldade com a implantação do SPED

Empresa A:												
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Nenhum	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Bastante					
Empresa B:												
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Nenhum	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Bastante				
Empresa C:												
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Nenhum	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Bastante					

Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria (2018).

Conforme os dados apresentados na **tabela 2**, acima, verificou-se o grau de dificuldade que as empresas obtiveram com a implantação do SPED. Identificou-se que a Empresa A, sentiu dificuldade de Grau 7 (sete), já a Empresa B dificuldade de Grau 5, e a Empresa C sentiu dificuldade de Grau 6, significando dizer que as três empresas declararam dificuldade mediana com a implantação, ao marcarem os números em que se relacionaram no meio entre nenhuma dificuldade e bastante dificuldade. Os motivos para responder a esses graus de dificuldade serão abordados mais adiante com a continuação da análise dos dados.

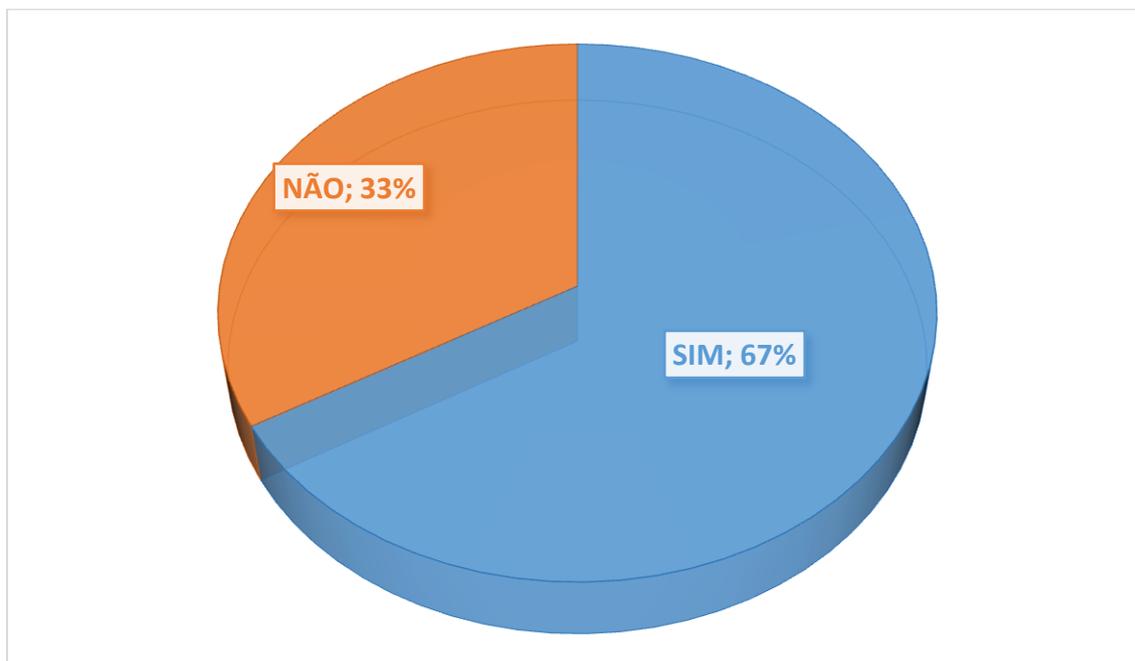
Segundo a RFB, um dos objetivos da criação do SPED, é promover a integração do fisco, mediante a padronização e compartilhamento das informações contábeis e fiscais, respeitadas às restrições legais, bem como, uma fiscalização de maneira mais rigorosa por parte dos órgãos reguladores, importante para tentar diminuir a sonegação de impostos.

Corroborando com essa ideia, Azevedo e Mariano (2009) diz que:

O projeto SPED (Sistema Público de Escrituração Digital) pretende alterar a forma de cumprimento das obrigações acessórias realizadas pelos contribuintes, substituindo a emissão de livros e documentos eletrônicos, cuja autoria, integridade e validade jurídica é reconhecida pelo uso da certificação digital. (AZEVEDO E MARIANO, 2009, p.43).

Questionados sobre isso, os colaboradores das pesquisas responderam à pergunta: **“Na sua opinião, esse objetivo está sendo atendido?”**.

**Gráfico 4** - Na sua opinião, esse objetivo está sendo atendido?



Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria (2018).

Analisando os dados e sintetizando as respostas, percebe-se que, conforme demonstra o **gráfico 4**, 67% dos entrevistados acreditam que os objetivos do SPED com a implantação de seus módulos estão sendo atendidos na totalidade ou em partes; 33% dos respondentes acham que os módulos do SPED não estão atendendo os objetivos propostos com o seu projeto, sem contudo mencionar os problemas.

Convém destacar que a cidade, dado à distância, e, por não possuir uma secretaria municipal de finanças, bem estruturada, possivelmente impacta nos resultados demonstrados para esta questão.

Desde o surgimento em 2007, o SPED se multiplica, desenvolvendo mais módulos com o objetivo de integração das informações e a unificação das diversas obrigações existentes aos contribuintes. Como relatam Azevedo e Mariano (2009, p.45) “o SPED propiciará a entrega única do que hoje é realizado em várias obrigações acessórias, centralizando em um banco de dados único, que pode ser acessado pelo Fisco interessado, observado o sigilo garantido na Constituição Federal”.

Visando analisar esse propósito do projeto, foi questionado aos colaboradores:

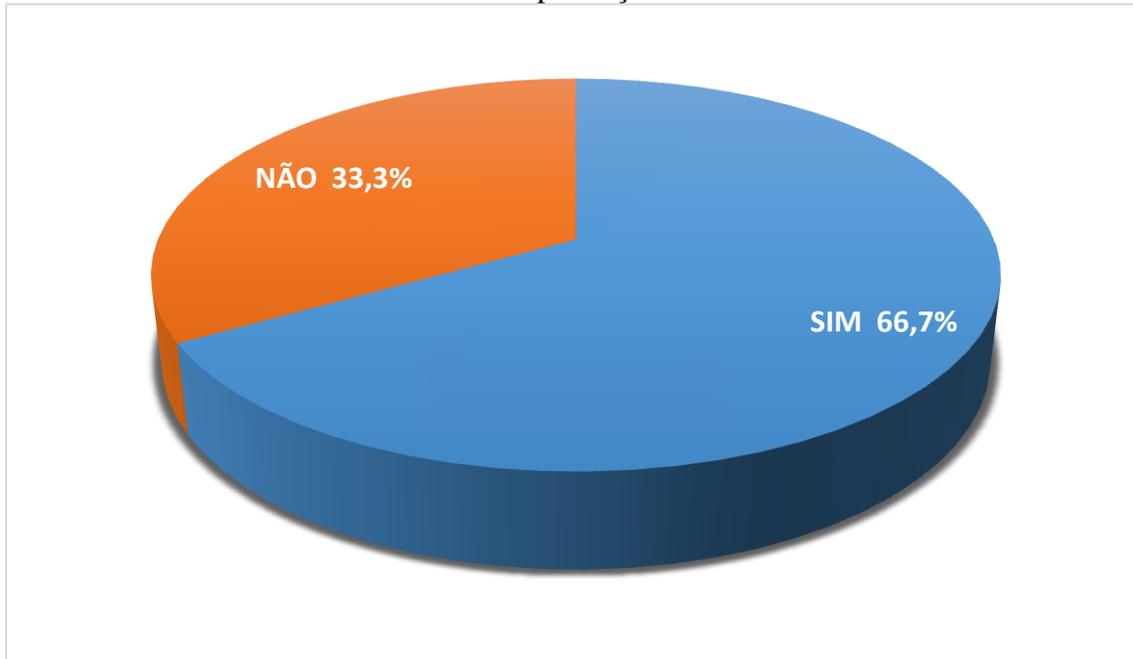
**“Na sua opinião, houve redução do número de obrigações acessórias exigidas pelo Fisco?”.**

Com relação à esta indagação dois responderam a alternativa **não**. Eles acham que, embora esse tenha sido um dos objetivos com a criação do projeto, isto ainda não se fez presente, pois, segundo eles “a cada dia surge uma nova obrigação diferente, para basicamente as mesmas obrigações, sendo necessária uma revisão em alguns modelos para a consolidação dessas obrigações”; e, apenas 1 (um) optou pela alternativa **sim**, ele acha que o SPED vem cumprindo com o objetivo da redução do número de obrigações, principalmente, acessórias.

Neste contexto, Oliveira dos Brejinhos por ser de pequeno porte, não possui, como dito, sede da RFB, e, nem da Secretária da Fazenda Estadual. Contudo, possui escritório do INSS e uma Secretária de Finanças Municipal não muito bem estruturada, fato que pode impactar negativamente na busca de soluções emergenciais para fatos ligados ao SPED. Diante disso, foi questionado aos respondentes:

**“as empresas sentiram dificuldade com a implantação do SPED, em função da distância encontrada entre a cidade sede dos escritórios, Oliveira dos Brejinhos, e os grandes centros onde se encontram a base da Receita Federal?”.**

Com os dados obtidos e organizados conforme demonstra o **gráfico 5**, 33,3% dos entrevistados disseram que **não**, e 66,7% respondentes disseram que **sim**, ou seja, a maioria disseram que a distância da base da RFB causou dificuldades para a implantação dos módulos do SPED.

**Gráfico 5 - Houve dificuldades com a implantação do SPED**

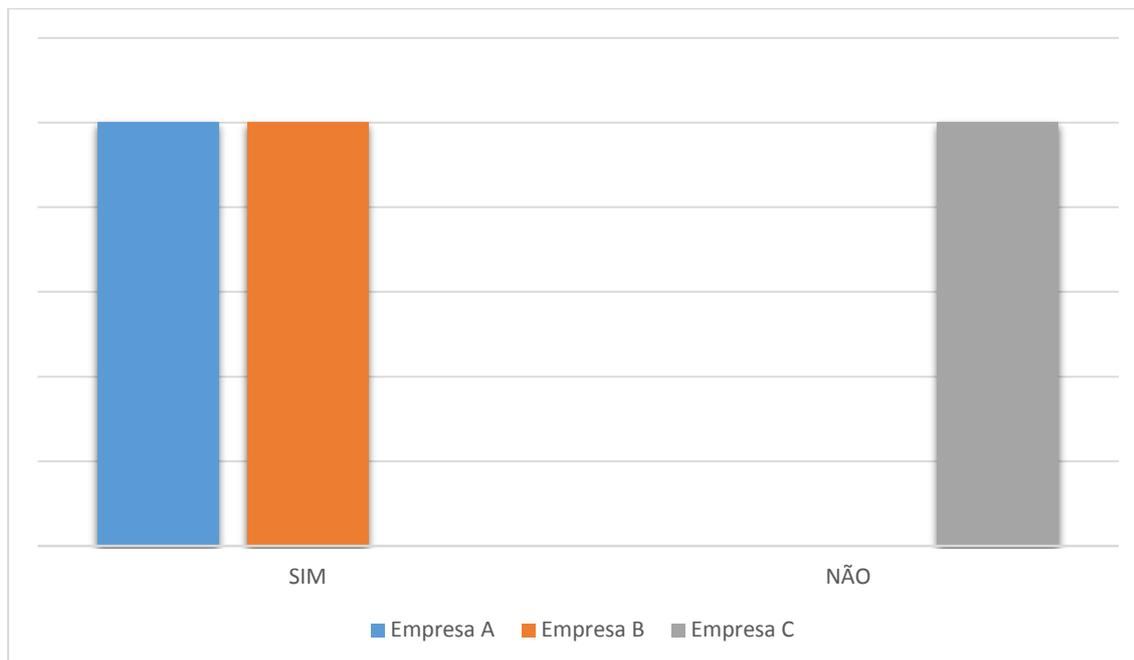
Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria (2018).

O SPED é um sistema que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração comercial e fiscal dos empresários e das sociedades empresárias, em um fluxo único e computadorizado de informações. Os módulos do SPED são em formato digital, sendo esta a forma da prestação das informações às administrações governamentais. Para isso, as empresas necessitam de *software e hardware* eficientes, bem como de redes de acesso à *internet* com qualidade, principalmente, pelo maior distanciamento das bases da Receita Federal. Tratando sobre isso, o questionário continha a questão:

**“A empresa sentiu dificuldade com a implantação e transmissão dos dados enviados ao SPED, em referência a qualidade da rede de acesso à internet na cidade?”.**

Conforme demonstra o **gráfico 6**, constatou-se que 2 empresas, a Empresa A e a Empresa B, enfrentaram dificuldades com o acesso a rede de *internet* da cidade, na utilização dos módulos do SPED, enquanto a Empresa C, não demonstrou ter tido dificuldades a esse respeito.

**Gráfico 6** - Dificuldades com a implantação e transmissão dos dados ao SPED em referência a qualidade da rede de acesso à internet.



Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria (2018).

Outro fato, relaciona-se com as novas maneiras para a realização das rotinas contábeis nas empresas, em função do SPED, atualizando a forma que eram feitos os registros e declarações. Para cumprir com o que o Fisco determina, foi questionado aos contadores se:

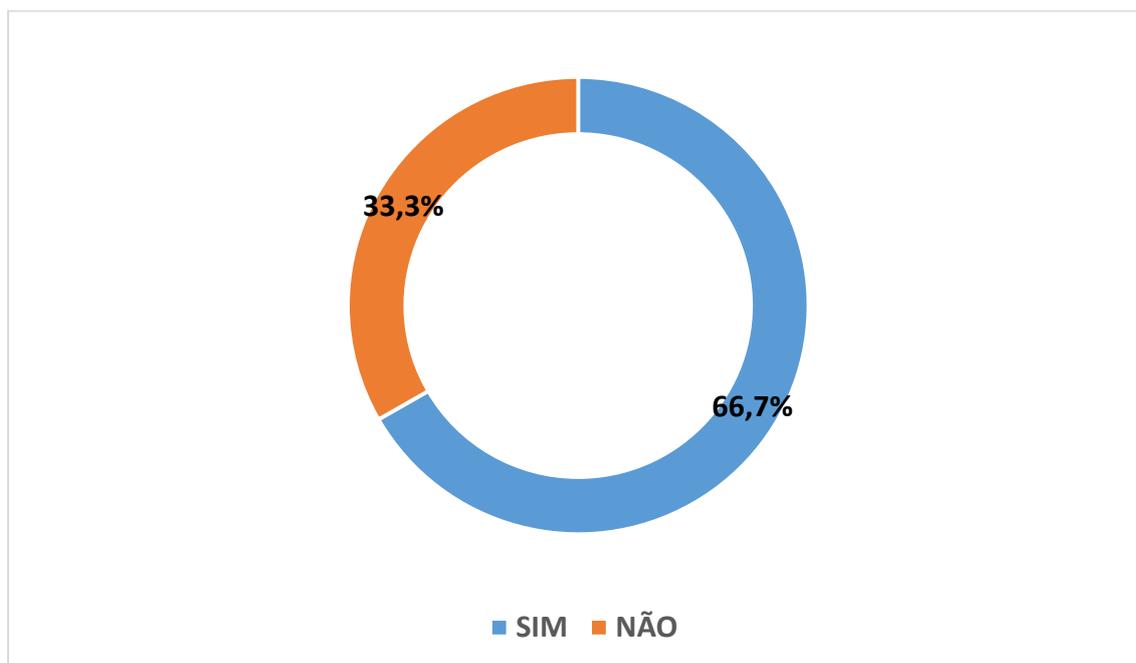
**“houve a necessidade de realização de cursos, treinamentos e aperfeiçoamentos para a adoção do SPED?”.**

Os resultados obtidos por esta indagação, corresponde à 100% da alternativa **sim**, ou seja, todos os respondentes foram unânimes em informar da importância da atualização para, bem, executar as demandas surgidas com a implantação do SPED.

Outra questão perguntada foi sobre:

**“Um dos benefícios para a adoção do SPED, segundo a RFB, é a redução da utilização de papel para a contabilização dos dados. Após a implantação desse sistema, houve realmente a redução da quantidade de papel utilizado pelas empresas?”.**

**Gráfico 7** - Redução da quantidade de papel utilizado nas contabilidades.



Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria (2018).

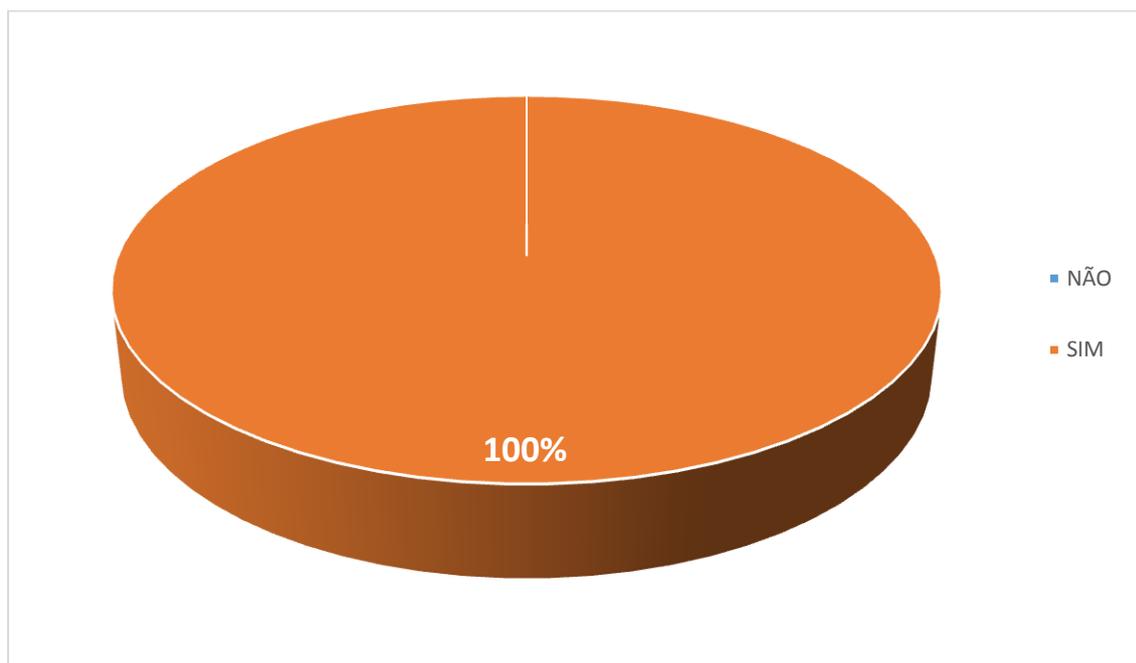
Com os dados expostos no **gráfico 7**, foi possível perceber que para as empresas de contabilidades de Oliveira dos Brejinhos, um dos benefícios da implantação elencados pelo SPED, foi a redução da utilização de papel para a contabilização das informações empresariais, fato que demonstra que um dos objetivos do SPED, que é a redução de informações em meio físico, realmente está acontecendo. Para 66,7% dos respondentes esse benefício se realizou, e a utilização do papel tem sido reduzido de fato. E apenas para 33,3% essa realidade ainda não foi notada.

Com relação à redução de custos gerais requerida pela questão:

**“Com essa implantação houve redução dos custos para o escritório?”.**

Todos os respondentes concordam que houve uma significativa redução dos custos para a empresa. Apesar dos dispêndios aplicados para a implantação do SPED, no geral, evidenciados no **gráfico 8**.

**Gráfico 8** - Redução dos custos para o escritório.

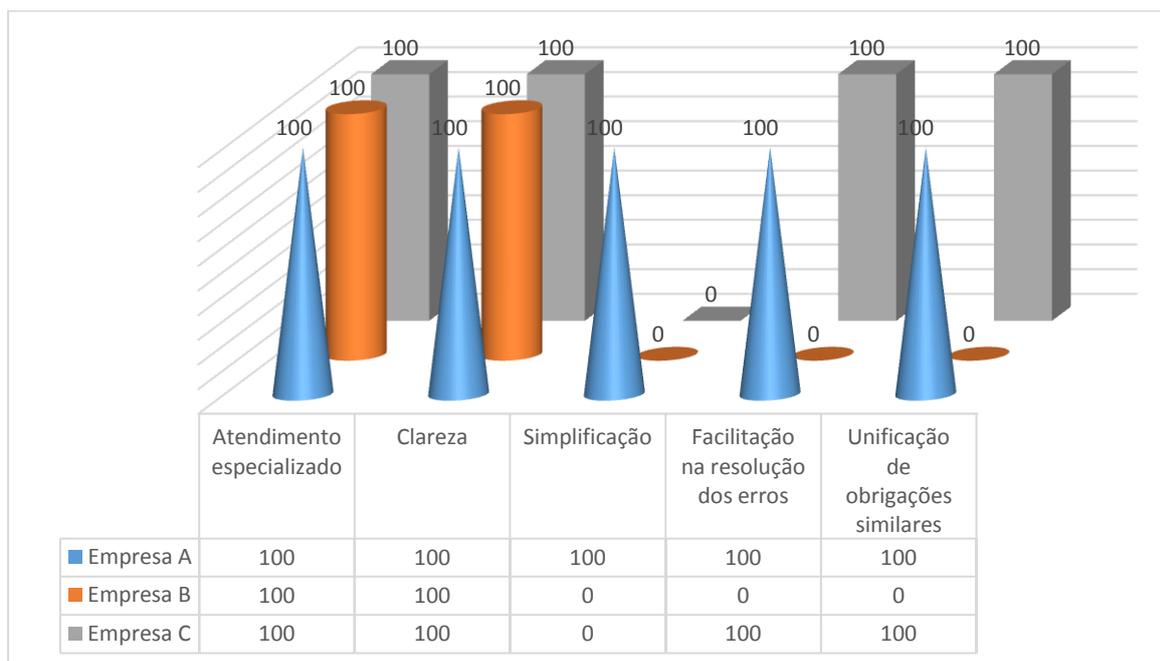


Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria (2018).

Convém destacar, que estes custos não foram observados no curto prazo, mas no médio ou longo prazo deverão ser absorvidos pela maior disponibilidade de informações com maior rapidez e menos uso de meios físicos.

Visando analisar os impactos relativos a implantação dos módulos do SPED nas contabilidades, foi destinado aos contadores das empresas pesquisadas a seguinte questão:

**“Como gestor, empresário e colaboradores que trabalhem diretamente com o SPED, observando os impactos que ele produziu no seu escritório, qual é a recomendação que você opinaria ao governo em relação ao SPED?”.**

**Gráfico 9** - Recomendações dos contadores para melhorias aos sistemas do SPED.

Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria (2018).

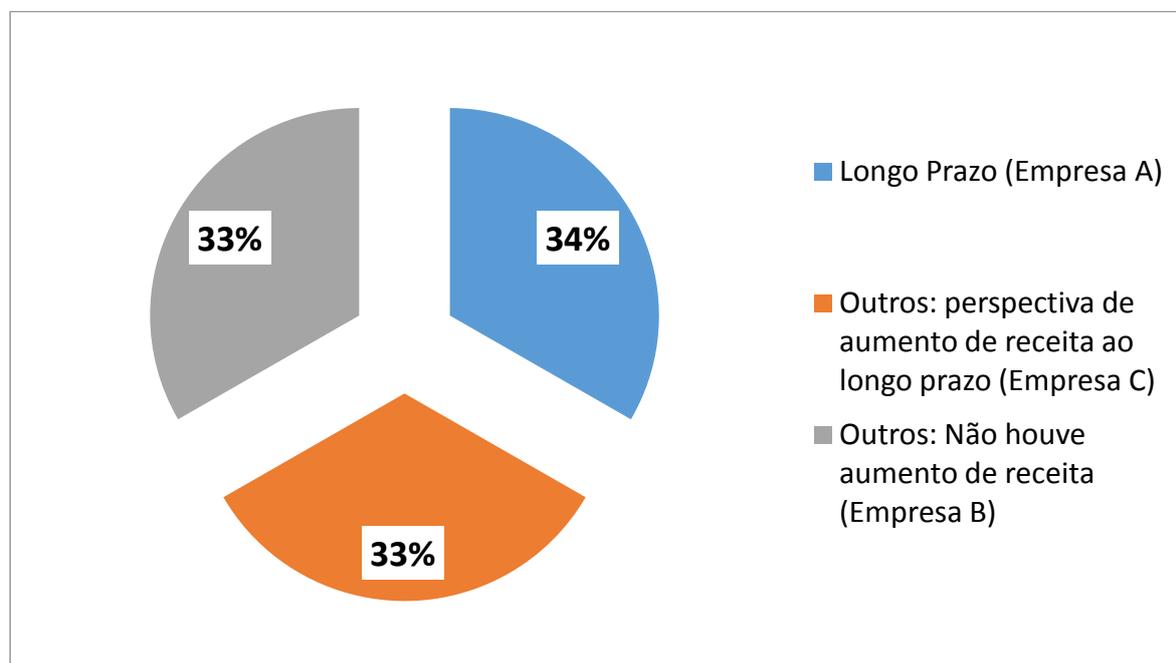
As exposições do **gráfico 9** permite inferir, que talvez, em maior ou menor grau, as dificuldades são constantes, fato que possivelmente descaracteriza os resultados do sistema em seu pleno objetivo. Vale destacar, que a verificação do grau de eficiência do SPED não é objetivo dessa pesquisa, mas podem ser tratados como recomendações que os contadores elencaram para melhorias dos mecanismos do SPED. Estão identificados por cores e modelos de forma geométrica cada empresa, e entende-se que a numeração “100” significa que foi escolhido a opção, e “0” que não foi selecionado a opção.

Com o intuito de analisar:

**“Foi possível observar um aumento na receita do escritório após a implantação do SPED” e o “tempo de retorno desses dispêndios com a implantação do SPED”.**

O **gráfico 10** apresenta os seguintes resultados:

**Gráfico 10-** Aumento e tempo de retorno dos recursos financeiros aplicados na implantação do SPED.



Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria (2018).

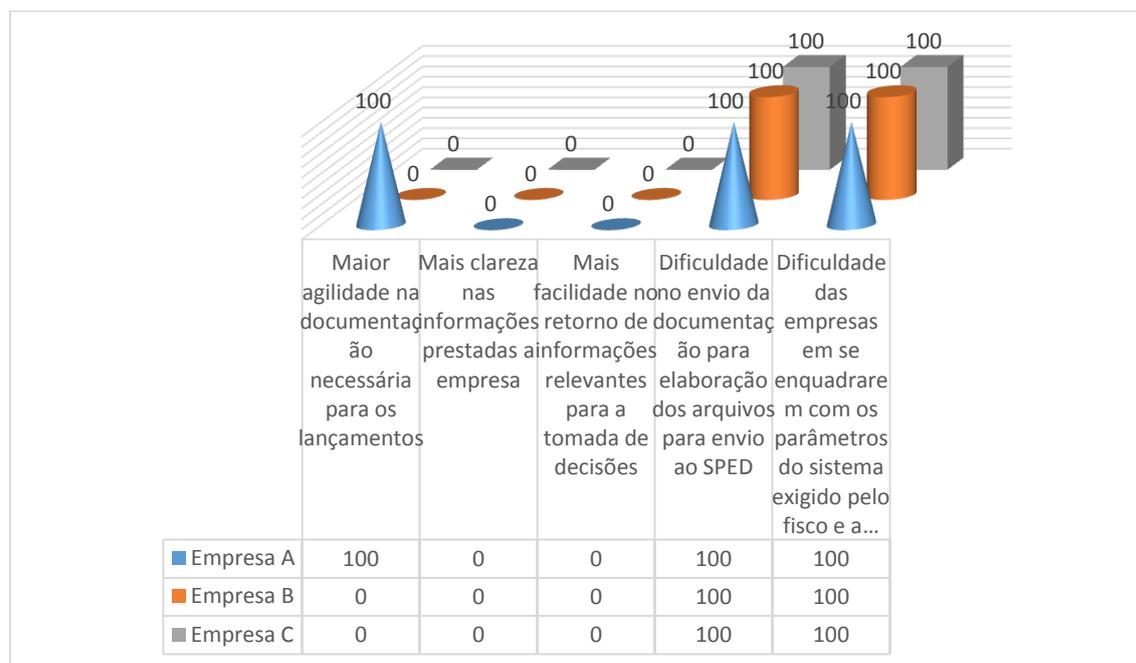
Com o intuito de avaliar o retorno financeiro trazido com a implantação do sistema, constatou-se que, como expõe o **gráfico 10**, foi considerado pelo contador da **Empresa A** que houve um ganho no longo prazo, pois, contados 5 (cinco) anos após a implantação do SPED, começou a sentir diferença, positiva, nas finanças do escritório e consequentemente particulares. Para a **Empresa B**, não houve diferença nenhuma em suas receitas, e para a **Empresa C** ainda não sentiu a diferença nas receitas, mas acredita que haverá um provável aumento mais a longo prazo.

Por meio dos dados descritos, confirma-se em parte, a hipótese desta pesquisa que inferia sobre haver “um ganho financeiro ao longo prazo na prestação dos serviços contábeis e fiscais, em função do novo conhecimento adquirido, bem como no investimento em *hardwares* e *softwares* para implantação do SPED”, sem contudo fechar questão no assunto, dado que, a vida das empresas são continuas, e que, ao longo do tempo existe sempre uma tendência de crescimento para qualquer atividade empresarial, embora não se descarte o insucesso. Com relação a esse aumento, contribui também a redução da emissão de relatórios, certidões e livros impressos em papel, e a redução do tempo para a execução das atividades rotineiras nos escritórios, dentre outros fatores trazidos com essa nova ferramenta, fato que possibilita mais novos clientes.

Buscando analisar a relevância da implantação do SPED em relação aos clientes, foi levantado a questão:

**“Como a implantação do SPED impactou na relação da empresa com os seus clientes?”.**

**Gráfico 11** - Como a implantação do SPED impactou na relação da empresa com os clientes.



Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria (2018).

Diante da análise feita no **gráfico 10**, onde “100” significa a opção escolhida e “0” a que não foi escolhida. Foi possível verificar que os contadores sentiram dificuldade com os seus clientes no envio da documentação para elaboração dos arquivos para o SPED, pois pelo fato dos módulos do SPED determinar um prazo para a transmissão das informações, os clientes não são ágeis e tempestivos no envio dos documentos passíveis para escrituração nos módulos integrantes do SPED.

Quando perguntados aos contadores:

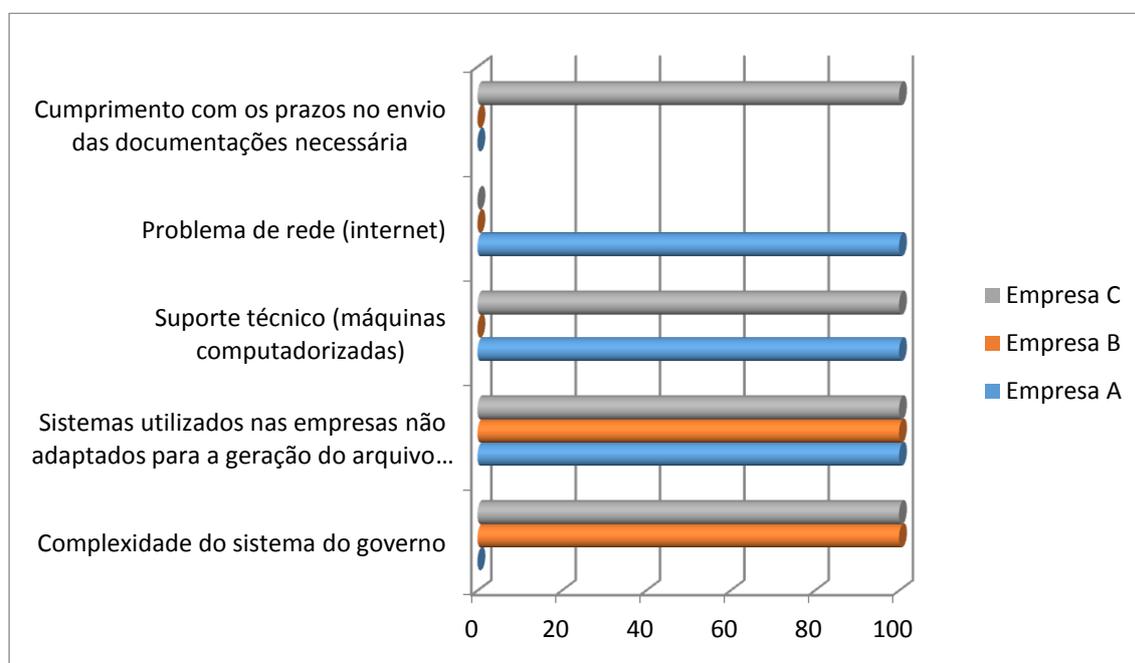
**“Qual foi a maior dificuldade enfrentada com relação aos clientes para a adoção do SPED?”**

Os respondentes foram unânimes em informar, que a maior dificuldade, dentre as elencadas, foi que os sistemas por eles utilizados nas empresas, na época, não eram adaptados para a geração do arquivo para envio das informações ao SPED, fato que demandou novos investimentos nas estruturas básicas para cumprimento das obrigações

do SPED, sendo essas: adquirindo novos *softwares* e *hardwares*, treinamentos e preparações de colaboradores. Foi preciso também, atualizar os sistemas utilizados nas empresas, pelos clientes, pois a base das informações necessárias ao envio do arquivo ao SPED é coletada, quase que integralmente, nos sistemas deles, tais como: controles de estoque, emissores de cupom fiscal, notas fiscais, dentre outros.

Conforme demonstra o **gráfico 12**, além dessas dificuldades enfrentadas pelas contabilidades com os clientes, eles apontaram também o cumprimento com os prazos no envio das documentações necessárias, problema da rede de *internet*, suporte técnico, e a complexidade do SPED.

**Gráfico 12** - Dificuldades enfrentadas pelos gestores em relação aos clientes com a implantação do SPED.



Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria (2018).

Finalizando o questionário, foi requerido em última questão, que os respondentes indicassem o que consideravam pontos positivos e negativos do SPED. Conforme demonstra a **tabela 3**, a seguir:

**Tabela 3 - Pontos positivos e negativos com o advento do SPED.**

	Positivo	Negativo	Positivo	Negativo	Positivo	Negativo
Substitui o arquivo em papel pela versão digital	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
Permite o cruzamento das informações ao fisco de forma mais rápida e eficaz	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ferramenta para conferência de dados	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
Troca de informações entre os próprios contribuintes para usos distintos e simultâneos	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
Preparação e emissão dos livros	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
Redução dos custos	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
Uniformização dos dados	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
Quebra do Sigilo	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
Prazo de entrega	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
Possibilidade de multas	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>

Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria (2018).

Pelo exposto, podemos perceber as avaliações positivas ou negativas dos contadores em referência ao programa SPED. Para melhor análise desta tabela, correlaciona-se sobre o que agrada com o pressuposto dos impactos ocasionados pela implantação do SPED, à luz das questões anteriores levantadas.

Através da análise da **tabela 3** quanto à substituição dos arquivos em papel pela versão digital, a opção positiva foi escolhida com unanimidade, 100%. Os três contadores acreditam que essa mudança afetou positivamente em suas empresas, tanto no quesito economia, pois reduziram a quantidade de papel impresso, quanto com gastos de tempo para organização dos documentos, e de local para a armazenagem, bem como produção de informações. Quanto a questão ambiental, essa redução de papel que a ferramenta SPED proporciona às empresas faz com que se gere uma economia sustentável, uma tecnologia aliada ao ambiente, e um pensamento na sociedade e no futuro do país.

Quanto à questão do cruzamento das informações ao fisco de forma mais rápida e eficaz, dois contadores responderam que **sim**, talvez pelo fato da velocidade de tramite dessas informações em meio magnético, e, faz com que o andamento das atividades funcione mais rápido. E um optou pela opção negativa. Contudo, ressalta-se que é importante o pagamento de tributos, mas também que isso seja feito de forma, sustentável para aqueles obrigados com a interferência necessário do Profissional de Contabilidade.

Na análise das **questões em que tratava sobre ser uma ferramenta para a conferência de dados, troca de informações entre os próprios contribuintes para usos distintos e simultâneos, uniformização de dados e preparação e emissão dos livros**, foi possível perceber que os colaboradores da pesquisa estão satisfeito com esse objetivo do SPED. Todos eles optaram pela alternativa que demonstra que esses aspectos foram positivos para as empresas, sendo um dos objetivos do SPED que está de acordo com o que previamente estabeleceu em suas normas.

Ao indagar sobre a questão da, **possível, quebra de sigilo quanto a emissão das informações contábeis e financeiras das empresas às bases da RFB, onde permite acesso a diversos órgãos e empresas autorizadas**, os respondentes se dividiram. Um dos respondentes optou pelo ponto positivo, quanto aos outros dois acham que essa, possível, quebra de sigilo é uma ação perigosa às empresas, pela exposição de dados referentes aos seus patrimônios, podendo ser utilizados com má fé e de maneira não coerente por outros, embora se saiba que a utilização são por órgãos oficiais.

Para análise do **prazo de entrega** que é determinado pelas normas, ajustes SINIEF, leis, manuais, formulados pela RFB, duas das empresas pesquisadas não apresentaram problemas referente a esse aspecto. Podendo observar que foi possível o cumprimento de todas as obrigações requisitadas e em que suas empresas se enquadravam aos prazos impostos pelo SPED.

Sabe-se que cada módulo do SPED possui uma legislação, característica, onde está determinada desde a obrigação às empresas, quanto quais informações requeridas, prazo para a entrega das escriturações, bem como, penalidades em caso de atraso, informações distorcidas e fraudadas. Quanto a essa questão, todos os colaboradores respondentes do questionário avaliaram esse aspecto referente às multas como um ponto negativo, até mesmo pelo valor cobrado, considerado alto para empresas do porte das que existem no município em questão.

Pelo exposto, observa-se que a **tabela 3** teve importância significativa para evidenciar as principais situações sobre a análise da implantação do SPED, e aliada às

análises expostos nos gráficos e outras tabelas, pode-se assim responder os objetivos e demais indagações desta pesquisa.

Por fim, como demonstrado ao longo desta pesquisa, o SPED trouxe um novo modelo de fazer contábil, que apesar de ter sido um grande desafio para as empresas se enquadrarem nas normas e regras estabelecidas, trouxe benefícios para a área contábil, mas também maiores responsabilidades para os profissionais responsáveis em prestar essas informações, pois se posiciona como elo de ligação empresas x fisco.

Com base nos resultados expostos, percebe-se diferentes olhares sobre a implantação do SPED, os impactos ocorridos com as mudanças geradas e a atuação do contador em todo processo. Impactos esses que foram avaliados em positivos e outros em negativos a partir da visão do contador das empresas, considerando que esse processo obteve grande aceitação por parte dos colaboradores dessa pesquisa, possibilitando consagrar um marco para a atualização da área contábil.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, surgiu para alterar a forma de cumprimento das obrigações principais e acessórias realizadas pelos contribuintes, com intuito de substituir a emissão em papel de livros e documentos contábeis e fiscais pela versão eletrônica, de modo a colocar em prática o que rege o Decreto nº 6.022, de 22 de Janeiro de 2007, como exposto nos tópicos anteriores, mas, também como tentativa de diminuir a sonegação fiscal que corrói os investimentos públicos pela falta de dinheiro.

Vale destacar que a corrupção no país retira grande parte desses recursos, mas, isso é uma questão judicial e não foi tratado no escopo desse trabalho.

O projeto SPED se divide em 12 (doze) subprojetos criados para atender as exigências do fisco, e então, o referido trabalho teve como objetivo geral **analisar os impactos da implantação do Sistema Público de Escrituração Digital nas contabilidades do município de Oliveira dos Brejinhos**. Este objetivo foi alcançado por meio da aplicação dos questionários aos contadores das contabilidades do município, pela revisão bibliográfica e análise dos dados.

Com a realização da pesquisa pode-se perceber que o SPED revolucionou o fazer contábil para as empresas, ocasionando em diversas mudanças para o enquadramento das empresas ao sistema de escrituração, como a necessidade de implantação de novos *softwares* e *hardwares*, treinamento de pessoal, dentre outras mudanças que foram precisas para se enquadrarem nas normas dos módulos do SPED. Isto, por si só, se traduz em impacto positivo pois acompanha-se a evolução dos tempos, entrando-se, praticamente dentro da nova era, ou seja, era digital.

Por meio do questionário, ainda foi possível confirmar de forma parcial a hipótese levantada na pesquisa, afirmando que, apesar dos dispêndios realizados com a implantação do SPED, foi possível perceber no longo prazo um aumento no ganho financeiro das empresas, isto posto confirmado por um respondente e esperado por outro, o terceiro se posicionou contrário a este fato.

Para se atender as demandas da pesquisa foram criados seis objetivos específicos. O primeiro objetivo foi o de descrever quais foram as possíveis dificuldades com a implantação do SPED, que foi atendido como demonstra os gráficos da análise de dados, onde descrevem as dificuldades que os gestores das empresas enfrentaram com a adoção do SPED, sendo assim expostos na **tabela 2** e **gráficos 5, 6, 7, 8, 9 e 12**, sendo reforçados pela **tabela 3**.

O segundo objetivo buscou relatar as opiniões dos profissionais contábeis quanto à adaptação aos procedimentos dos módulos do SPED. Pode-se observar que os gestores tiveram diferentes opiniões em relação a implantação desse sistema. No decorrer da análise foi possível identificar os pontos negativos e positivos que foram elencados por esses gestores, e, estão expostos na **tabela 3**.

O terceiro, procurou apresentar as mudanças ocorridas na empresa contábil depois da introdução do SPED. Os respondentes relataram diversas mudanças que ocorreram em suas empresas, dentre essas mudanças vale ressaltar a informatização dos procedimentos, pois com a implantação dos módulos do SPED, está se tornando cada vez mais comum para as empresas a utilização de sistemas computadorizados para a execução de suas atividades, com exposição no **gráfico 9**.

O quarto objetivo foi de apresentar as mudanças ocorridas na empresa, relacionado aos clientes, com a implantação do SPED. Este objetivo foi atendido segundo o questionário, nas questões onde expõe a relação entre cliente-empresa, onde se expôs como os clientes receberam essa novidade do fisco, e a adaptação a essa inovação contábil, sendo apresentado com as exposições do **gráfico 11**.

O quinto objetivo analisou se houveram dificuldades entre a contabilidade e os clientes com a adoção dessa nova ferramenta contábil. Para confirmação desse objetivo tem-se as respostas dos contadores das empresas pesquisadas, onde relatam que “possuíram dificuldades com os clientes, principalmente em relação aos sistemas utilizados nas empresas para a geração dos arquivos, que por não serem adaptados, ou atualizados para se enquadrarem no padrão utilizado pela SPED, caracterizou uma dificuldade enfrentada pelos gestores das empresas com os seus clientes”, sendo que necessitou de investimentos de novos computadores e *softwares* tanto nas empresas contábeis quanto nos clientes, fato demonstrado, também, com o **gráfico 12**.

Para concluir, o sexto objetivo buscou analisar se houve aumento nas receitas financeiras das empresas contábeis decorrente do investimento despendido com a implantação do SPED. Ressalta-se que foi confirmado nas análises e gráficos, no decorrer da pesquisa, que os respondentes supuseram que esses ganhos viriam ao longo prazo - expectativa de cinco anos - no que foi confirmado por um; outro, ainda mantém a perspectiva; e, um terceiro não confirma, fato que demonstra ainda dúvidas quanto ao ato, e está demonstrado no **gráfico 10**.

Algumas limitações foram encontradas no decorrer da realização dessa pesquisa, como: a restrição das referências sobre o tema, tendo que ser investigada a maior parte

por meio da *internet*, em manuais da RFB; e a delimitação do espaço amostral, sendo apenas um total de 3 (três) escritórios de contabilidade em Oliveira dos Brejinhos, porém, pode-se concluir ter sido obtido um banco de informações de extrema importância para elucidar os objetivos dessa pesquisa.

Diante do exposto, recomenda-se para novas pesquisas ampliar o campo amostral para outros municípios de maior porte, visando verificar se os impactos foram semelhantes com as estruturas físicas, suporte técnico e em informações obtidas e geradas, uma vez que o SPED tende a ser um recurso obrigatório para uso em toda sociedade – física ou jurídica. No final, espera-se uma relação “ganha-ganha”, ou seja, ganha os escritórios de Contabilidade, as empresas e a sociedade em geral pela forma equilibrada de arrecadação tributária, com redução significativa de sonegação e incremento, nos investimentos, em políticas públicas eficientes.

## REFERÊNCIAS

- ANJOS, Emmanuel Lopes dos. **O efeito do Sped nos serviços profissionais de contabilidade na percepção de gestores de escritórios contábeis na cidade do Rio de Janeiro**. 2018. 81 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Finanças Empresariais) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo.
- ANTUNES, Gabriel Carlos Ribeiro. **SPED: impactos nas obrigações acessórias prestadas pelos contadores**. 2016. 44 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
- AZEVEDO, Osmar Reis; MARIANO, Paulo Antônio. **Sistema Público de Escrituração Digital**. 2.ed. São Paulo: IOB, 2009. (Ed. Revisada e atualizada).
- Benefícios e Vantagens da NF-e. **Receita Federal do Brasil**. Disponível em: <<http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/1328>>. Acesso em: 15 de out. de 2018.
- BEUREN, I.M. et al (org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2003.
- BRASIL. **Decreto nº 6022, de 22 de janeiro de 2007. Sistema Público de Escrituração Digital - Sped**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20072010/2007/decreto/d6022.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2007/decreto/d6022.htm)>. Acesso em: 31 de out. de 2018.
- Conheça o eSocial. **Portal e-Social**. 29 de mar. de 2017. Disponível em: <<http://portal.esocial.gov.br/institucional/conheca-o>>. Acesso em: 22 de out. de 2018.
- Contabilidade Digital: O guia Completo. **Jornal Contábil**. 31 de julho de 2017. Disponível em: <<https://www.jornalcontabil.com.br/contabilidade-digital-o-guia-completo>>. Acesso em: 27 de out. de 2018.
- CORNACHIONE, E.B.J. **Informática**. São Paulo: Atlas, 2001.
- CRUZ, C.C. **Pelos caminhos Oliveiranos**. [S.l.: s.n.], 2007.
- Diferença entre SGML e HTML. **Original e Exclusivo**. Disponível em: <<https://originaleexclusivo.com.br/diferenca-entre-sgml-e-html/>>. Acesso em: 15 de out. de 2018.
- FRANCO, H. **Contabilidade Geral**. 23.ed. São Paulo: Atlas, 1997.
- GERON, et.al. **SPED - Sistema Público de Escrituração Digital: percepção dos contribuintes em relação aos impactos de sua adoção**. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade. 2011.
- GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- \_\_\_\_\_. A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

\_\_\_\_\_. **A.C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo: Atlas, 1999.

\_\_\_\_\_. **A.C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

\_\_\_\_\_. Gonçalves, Eugênio Celso; Baptista, Antônio Eustáquio. **Contabilidade Geral.** 7.ed. São Paulo: Atlas, 2011. (Ed. atualizada com as alterações: Lei nº 11.638/2007).

\_\_\_\_\_. **Instrução Normativa RFB nº 969, de 21 de outubro de 2009. Obrigatoriedade de apresentação de declarações com a assinatura digital.** Disponível em:  
<<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=15935>>. Acesso em: 31 de out. de 2018.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da Contabilidade.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

KERLINGER, F. N. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual.** São Paulo: EPU, 1980.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MENEZES, Estera Muszkat; SILVA, Edna Lúcia de. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação.** 4.ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005.

Nossa Cidade. **Prefeitura Municipal de Oliveira dos Brejinhos.** Disponível em:  
<[http://www.oliveiradosbrejinhos.ba.gov.br/texto/nossa\\_cidade](http://www.oliveiradosbrejinhos.ba.gov.br/texto/nossa_cidade)>. Acesso em: 11 de out. de 2018.

Oliveira dos Brejinhos. **IBGE.** Disponível em:  
<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/oliveira-dos-brejinhos/panorama>>. Acesso em: 11 de out. de 2018.

OLIVEIRA, Edson. **Contabilidade Informatizada: Teoria e Prática.** São Paulo: Atlas, 2000.

OLIVEIRA, Edson. **Contabilidade Informatizada: Teoria e Prática.** São Paulo: Atlas, 2003.

OLIVEIRA, et.al. **Manual de Contabilidade Tributária: textos e teses com as respostas.** 10.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SÁ, Antônio Lopes. **História geral e das doutrinas da Contabilidade.** São Paulo: Atlas, 1997.

SÁ, Antônio Lopes de; SÁ, Ana Maria Lopes de. **Dicionário de contabilidade.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2005. (Ed. revisada e ampliada).

SILVA, A.C.R. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade:** orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

**APÊNDICE**  
**APÊNDICE A – AUTORIZAÇÕES DAS CONTABILIDADES**

**AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA**

Senhor Carlos Alberto Quinteiro Portela.

Eu, Carla Mariane Almeida Lima, aluna do X Semestre do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, estou realizando um Trabalho de Conclusão de Curso com o tema "OS IMPACTOS DA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED) EM CONTABILIDADES DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DOS BREJINHOS - BA", sob a orientação do professor Me. Jorge Luiz Santos Fernandes, e venho solicitar a vossa senhoria, como contador responsável na empresa Oliveira Contabilidade EIRELI, inscrito no CNPJ. 07.192.774/0001-00, os seguintes pleitos:

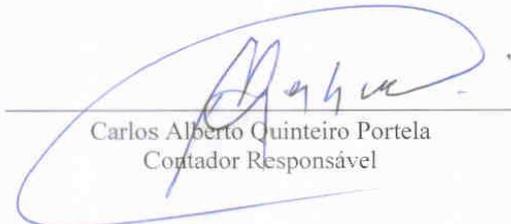
- 1) Autorização para coleta de dados mediante questionário junto aos responsáveis pela empresa no ano de 2018;
- 2) Autorização para análise, bem como a divulgação das informações;
- 3) Acesso à cópia do documento de entrega do SPED.

Caso esteja de acordo, a coleta de dados deverá ser realizada durante o mês de outubro do presente ano.

Os dados coletados serão analisados em conjunto com outros instrumentos e apresentados ao final da pesquisa sob vários formatos científicos, porém, a identidade dos respondentes não será divulgada.

Na certeza de contar com a sua colaboração, visto que pesquisar é um dos propósitos de toda instituição de ensino superior, agradeço antecipadamente a atenção, ficando à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. Comprometo-me a respeitar o que for decidido, bem como, a enviar os resultados do trabalho de investigação, caso me seja solicitado por vossa senhoria.

Oliveira dos Brejinhos, 26 de outubro de 2018.

  
\_\_\_\_\_  
Carlos Alberto Quinteiro Portela  
Contador Responsável

## AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Senhor Edson Leandro Cunha de Araujo.

Eu, Carla Mariane Almeida Lima, aluna do X Semestre do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, estou realizando um Trabalho de Conclusão de Curso com o tema "OS IMPACTOS DA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED) EM CONTABILIDADES DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DOS BREJINHOS - BA", sob a orientação do professor Me. Jorge Luiz Santos Fernandes, e venho solicitar a vossa senhoria, como contador responsável na empresa Quality Serviços e Comércio LTDA, inscrito no CNPJ. 11.249.473/0001-43, os seguintes pleitos:

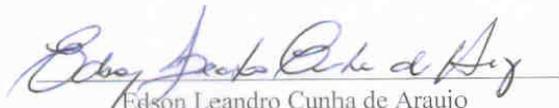
- 1) Autorização para coleta de dados mediante questionário junto aos responsáveis pela empresa no ano de 2018;
- 2) Autorização para análise, bem como a divulgação das informações;
- 3) Acesso à cópia do documento de entrega do SPED.

Caso esteja de acordo, a coleta de dados deverá ser realizada durante o mês de outubro do presente ano.

Os dados coletados serão analisados em conjunto com outros instrumentos e apresentados ao final da pesquisa sob vários formatos científicos, porém, a identidade dos respondentes não será divulgada.

Na certeza de contar com a sua colaboração, visto que pesquisar é um dos propósitos de toda instituição de ensino superior, agradeço antecipadamente a atenção, ficando à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. Comprometo-me a respeitar o que for decidido, bem como, a enviar os resultados do trabalho de investigação, caso me seja solicitado por vossa senhoria.

Oliveira dos Brejinhos, 26 de outubro de 2018.

  
Edson Leandro Cunha de Araujo  
Contador Responsável

## AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Senhor Inoilson Barbosa de Melo.

Eu, Carla Mariane Almeida Lima, aluna do X Semestre do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, estou realizando um Trabalho de Conclusão de Curso com o tema "OS IMPACTOS DA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED) EM CONTABILIDADES DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DOS BREJINHOS - BA", sob a orientação do professor Me. Jorge Luiz Santos Fernandes, e venho solicitar a vossa senhoria, como contador responsável na empresa IBM Consultoria & Assessoria Contábil, inscrito no CNPJ. 10.676.582/0001-84, os seguintes pleitos:

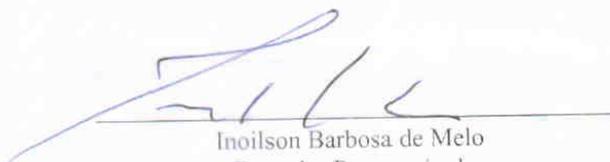
- 1) Autorização para coleta de dados mediante questionário junto aos responsáveis pela empresa no ano de 2018;
- 2) Autorização para análise, bem como a divulgação das informações;
- 3) Acesso à cópia do documento de entrega do SPED.

Caso esteja de acordo, a coleta de dados deverá ser realizada durante o mês de outubro do presente ano.

Os dados coletados serão analisados em conjunto com outros instrumentos e apresentados ao final da pesquisa sob vários formatos científicos, porém, a identidade dos respondentes não será divulgada.

Na certeza de contar com a sua colaboração, visto que pesquisar é um dos propósitos de toda instituição de ensino superior, agradeço antecipadamente a atenção, ficando à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. Comprometo-me a respeitar o que for decidido, bem como, a enviar os resultados do trabalho de investigação, caso me seja solicitado por vossa senhoria.

Oliveira dos Brejinhos, 10 de outubro de 2018.



Inoilson Barbosa de Melo  
Contador Responsável

**Inoilson Barbosa de Melo**  
004.032.465-63  
CONTADOR CRC BA 028139/O

## APÊNDICE B - QUESTIONÁRIOS APLICADOS AOS CONTADORES

03/11/2018

Questionário para pesquisa acadêmica

### Questionário para pesquisa acadêmica

Sou Carla Mariane Almeida Lima estudante de Ciências Contábeis da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, e estou realizando uma pesquisa sobre a Implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). Para isto necessito de sua contribuição para a entrevista seguir. São questões a serem respondidas de forma dissertativas e assinaladas. Ressalta-se que seu anonimato será garantido, todavia, os dados coletados serão passíveis de divulgação. Desde já, agradeço.

Carla Mariane Almeida Lima

**\*Obrigatório**

**1. Endereço de e-mail \***

---

**2. Caracterização do Escritório \***

Razão Social da Empresa:

---

---

---

---

**3. Ano de Abertura da empresa \***

---

**4. Contador Responsável \***

Nome completo

---

**5. Você possui formação em: \***

*Marcar apenas uma oval.*

Bacharel em Ciências Contábeis

Técnico em Contabilidade

Outro: \_\_\_\_\_

**6. Ramo: \***

*Marque todas que se aplicam.*

Contabilidade Comercial

Contabilidade Fiscal

Contabilidade Pública

Contabilidade Trabalhista

Outro: \_\_\_\_\_

03/11/2018

Questionário para pesquisa acadêmica

**7. Quantidade de Empresas na cartela de clientes: \****Marcar apenas uma oval.*

- 0 à 20  
 20 à 40  
 40 à 60  
 60 à 80  
 80 à 100  
 acima de 100  
 nenhuma

**8. Tributação dessas empresas: \****Marcar apenas uma oval por linha.*

	0 à 20	20 à 40	40 à 60	60 à 80	80 à 100	acima de 100	nenhuma
Simplex Nacional	<input type="radio"/>						
Lucro Presumido	<input type="radio"/>						
Lucro Real	<input type="radio"/>						
Imunes e Isentas	<input type="radio"/>						

**9. Quantos dos seus clientes são obrigados a atender as exigências do SPED? \****Marcar apenas uma oval.*

- 0 à 20  
 20 à 40  
 40 à 60  
 60 à 80  
 80 à 100  
 acima de 100  
 nenhuma

**10. Qual número de funcionários na empresa? \****Marcar apenas uma oval.*

- 0 à 5  
 5 à 10  
 10 à 20  
 20 à 30  
 30 à 50  
 acima de 50  
 nenhum

03/11/2018

Questionário para pesquisa acadêmica

**11. Quais os serviços ofertados pela contabilidade aos clientes? \****Marque todas que se aplicam.*

- Assessoria
- Auditoria
- Análise econômico-financeira
- Declaração IRPF
- Declaração IRPJ
- Escrita contábil
- Escrita Fiscal
- Perícia
- Planejamento tributário
- Cálculos Trabalhistas
- Outro: \_\_\_\_\_

**12. Após a implantação do SPED, houve a necessidade de contratação de novos funcionários? \****Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não

**13. Se a resposta à pergunta anterior foi "SIM", indique quantos funcionários foi contratado: \***

\_\_\_\_\_

**14. Você trabalha diretamente com SPED? \****Marcar apenas uma oval.*

- SIM
- NÃO

**Implantação do SPED**

03/11/2018

Questionário para pesquisa acadêmica

**15. Quais os módulos do SPED a empresa utiliza? \****Marque todas que se aplicam.*

- Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e)
- e-Financeira
- Escrituração Contábil Fiscal (ECF)
- Escrituração Contábil Digital (ECD)
- Escrituração Fiscal Digital/Contribuições (EFD Contribuições)
- Escrituração Fiscal Digital de Retenção e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf)
- Escrituração Fiscal Digital Social (eSocial)
- Escrituração Fiscal Digital/ICMS/PIS (EFD ICMS/IPI)
- Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais (MDF-e)
- Nota Fiscal Eletrônico (NF-e)
- Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica - NFC-e
- Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e)

**16. Qual foi o grau de dificuldade da implantação do SPED? \****Marcar apenas uma oval.*

	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Nenhum	<input type="radio"/>	Bastante										

**17. Você conseguiu enviar os arquivos no prazo determinado? \****Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não

**18. Segundo a Receita Federal do Brasil o objetivo da criação do SPED é promover a integração do fiscos, mediante a padronização e compartilhamento das informações contábeis e fiscais, respeitadas às restrições legais, bem como, uma fiscalização de maneira mais rigorosa por parte dos órgãos reguladores. Na sua opinião, esse objetivo está sendo atendido? \****Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não

**19. Qual foi o grau de atendimento ao objetivo do SPED? \****Marcar apenas uma oval.*

	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Nenhum	<input type="radio"/>	Bastante										

**20. Na sua opinião, houve redução no número de obrigações acessórias exigidas pelos fiscos? \****Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não

03/11/2018

Questionário para pesquisa acadêmica

21. **A empresa sentiu dificuldade com a implantação do SPED, em questão a distância encontrada entre a cidade sede do escritório, Oliveira dos Brejinhos, e os grandes centros onde se encontram a base da Receita Federal? \***

Marcar apenas uma oval.

- Sim  
 Não

22. **A empresa sentiu dificuldade com a implantação e transmissão dos dados enviados ao SPED, em referência a qualidade da rede de acesso à internet na cidade? \***

Marcar apenas uma oval.

- Sim  
 Não

23. **Houve a necessidade de realização de cursos, treinamentos e aperfeiçoamentos para a adoção e adaptação do SPED? \***

Marcar apenas uma oval.

- Sim  
 Não

24. **Um dos benefícios para a adoção do SPED, segundo a RFB, é a redução da utilização de papel para a contabilização dos dados. Após a implantação desse sistema, houve realmente a redução da quantidade de papel utilizado pelas empresas? \***

Marcar apenas uma oval.

- Sim  
 Não

25. **Com essa implantação houve redução dos custos para o escritório? \***

Marcar apenas uma oval.

- Sim  
 Não

26. **Como gestor, empresário e colaboradores que trabalhem diretamente com o SPED, observando os impactos que ele produziu no seu escritório, qual é a recomendação que você opinaria ao governo em relação ao SPED? \***

Marque todas que se aplicam.

- Atendimento especializado  
 Clareza  
 Simplificação  
 Facilitação na resolução dos erros  
 Unificação de obrigações similares  
 Outro: \_\_\_\_\_

27. **Foi possível observar um aumento na receita do escritório após a implantação do SPED? \***

Marcar apenas uma oval.

- Sim  
 Não  
 Outro: \_\_\_\_\_

03/11/2018

Questionário para pesquisa acadêmica

**28. O aumento da receita em função da implantação do SPED foi obtido: \****Marcar apenas uma oval.*

- Curto prazo (inferior a 3 anos)
- Médio prazo (acima de 3 e inferior a 5 anos)
- Longo prazo (acima de 5 anos)
- Outro: \_\_\_\_\_

**Relevância aos clientes****29. Como a implantação do SPED impactou na relação da empresa com os clientes? \****Marque todas que se aplicam.*

- Maior agilidade na documentação necessária para os lançamentos
- Mais clareza nas informações prestadas a empresa
- Mais facilidade no retorno de informações relevantes para a tomada de decisões
- Dificuldade no envio da documentação para elaboração dos arquivos para envio ao SPED
- Dificuldade das empresas em se enquadrarem com os parâmetros do sistema exigido pelo fisco e a legislação vigente para a geração do arquivo emitido ao SPED
- Outro: \_\_\_\_\_

**30. Houve dificuldade na aceitação da implantação do SPED? \****Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não

**31. Qual foi o nível de satisfação em percepção aos clientes em relação a implementação do SPED? \****Marcar apenas uma oval.*

	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Pouco	<input type="radio"/>	Muito										

**32. Qual foi a maior dificuldade enfrentada com relação aos clientes para a adoção do SPED? \****Marque todas que se aplicam.*

- Complexidade do sistema do governo
- Sistemas utilizado nas empresas não adaptados para a geração do arquivo para envio ao SPED
- Suporte técnico (máquinas computadorizadas)
- Problema de rede (internet)
- Cumprimento com o prazos no envio das documentações necessária

03/11/2018

Questionário para pesquisa acadêmica

**33. Por fim aponte, na sua opinião, os pontos positivos e negativos do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED \****Marcar apenas uma oval por linha.*

	Positivo	Negativo
Substitui o arquivo em papel pela versão digital	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Permite o cruzamento das informações ao fisco de forma mais rápida e eficaz	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ferramenta para conferência de dados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Troca de informações entre os próprios contribuintes para usos distintos e simultâneos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Preparação e emissão dos livros	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Redução dos custos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Uniformização dos dados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Quebra do Sigilo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Prazo de entrega	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Possibilidade de multas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

 Envie para mim uma cópia das minhas respostas.

Powered by  
 Google Forms